

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS JARU

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretária-Executiva

Izolda Cella

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Getúlio Marques Ferreira

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

Patrícia Barcelos

**Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação
Profissional e Tecnológica**

Marcilene Garcia de Souza

**Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do
Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) em Docência na EPT**

Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA

Flávia Helena Saraiva Xerez

Luciano Barbosa Chagas

Simone Medeiros

**Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(CAPES)**

Denise Pires de Carvalho

Diretora de Educação a Distância

Suzana dos Santos Gomes

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

Ana Lúcia Sarmento Henrique

Lucília Regina de Souza Machado

Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC

Marcelo Gules Borges

Elizandro Maurício Brick
Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da SETEC/MEC

Simone Medeiros

Colaboradores/as do Prosa/Lantec/UFSC

Cristiane Dall' Cortivo Lebler
Diego França Vieira
Elizandro Maurício Brick
Francisco Fernandes Soares Neto
Jorge Lucas Simões Minella
Laura Alves
Leandro Peres de Oliveira
Marcelo Gules Borges
Valquíria Machado Cardoso Weiss

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	7
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	7
1.2. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO	7
1.3. CORPO DIRIGENTE	7
1.4. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO	8
1.5. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	8
1.5.1 Missão, Visão e Valores do IFRO	12
1.5.1.1 Missão	12
1.5.1.2 Visão	12
1.5.1.3 Valores	12
1.6. HISTÓRICO DO <i>CAMPUS</i>	12
2. APRESENTAÇÃO DO CURSO	15
2.1. DADOS GERAIS DO CURSO	16
2.2. JUSTIFICATIVA	16
2.3. PÚBLICO ALVO	19
2.4. FORMAS DE INGRESSO	20
2.4.1 Desligamento e reingresso no curso	20
2.5. OBJETIVOS	21
2.5.1. Objetivo Geral	21
2.5.2. Objetivo Específico	21
2.6. PERFIL DO EGRESSO	22
2.7 MODALIDADE	23
3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	23
3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	23
3.1.1. Estratégias de ensino previstas para o curso	25
3.1.2. Estratégias de acompanhamento pedagógico	26
3.1.3. Estratégias de flexibilização curricular	27
3.1.4. Atividades de tutoria (cursos EaD)	28
3.1.5. Outras atividades previstas para o curso	28
3.2 ESTRUTURA CURRICULAR	29
3.3 MATRIZ CURRICULAR	29
3.4 AVALIAÇÃO	31
3.4.1. Avaliação do processo de ensino aprendizagem	31
3.4.2. Avaliação do curso	32
3.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	33
3.5.1. Linhas de pesquisa	34
3.5.2. Procedimentos de elaboração e critérios de avaliação do TCC	34
3.6 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE	40
3.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	42
3.7.1. Multimeios Didáticos	43
3.7.2. Recursos de Informática	43
3.7.3. Ambiente Virtual de Aprendizagem (Cursos EaD)	44
3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	44
3.9 CERTIFICAÇÃO	45
3.9.1. Certificação de Conclusão de Curso	45
3.9.2. Certificação de Aperfeiçoamento	45

4. EQUIPE DE DOCENTE E TUTORES DO CURSO	45
4.1. REQUISITOS DE FORMAÇÃO	47
4.2. EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO	48
4.2.1. Índice de Qualificação	48
4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (Curso EaD)	48
4.4 EQUIPE DOCENTE PARA ORIENTAÇÃO ÀS PESQUISAS	49
5. GESTÃO ACADÊMICA	49
5.1. COORDENAÇÃO DO CURSO	50
5.2. COLEGIADO DO CURSO	51
5.3. DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO <i>CAMPUS</i>	53
5.4. ASSESSORAMENTO AO CURSO	53
5.5. EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA	54
5.6. COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	54
5.7. COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA	55
5.8. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	55
6. INFRAESTRUTURA	55
6.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	55
6.1.1. Estrutura Física	56
6.1.2. Recursos materiais	56
6.2. INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	56
6.2.1. Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida	57
6.2.2. Acessibilidade para alunos com deficiência visual	57
6.2.3. Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	57
6.3. INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA	57
6.3.1. Laboratórios	58
6.4. INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS	59
6.4.1. Laboratórios Didáticos de Formação Básica	59
6.4.2. Laboratórios Didáticos de Formação Específica	59
6.5. BIBLIOTECA	59
6.5.1. Espaço físico	59
6.6. OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	60
7. TECNOLOGIA DE EAD (PARA OS CURSOS A DISTÂNCIA)	60
7.1. PRODUÇÃO EM EAD	60
7.2. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	60
7.3. FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM	61
7.4. ESTRUTURA DOS POLOS	61
8. BASE LEGAL	63
9. REFERÊNCIAS	67
10. APÊNDICE: PLANO DE DISCIPLINA	70
10.1 Unidades temáticas do núcleo comum	71
10.2 Unidades temáticas do núcleo específico	80

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Natureza jurídica: 110-4 Autarquia Federal

Endereço: Avenida Lauro Sodré, 6500, Bairro Aeroporto

Cidade/UF/CEP: Porto Velho, Rondônia – CEP 76.803-260

Telefone: (69) 2182-9601

Página institucional na internet: <https://www.ifro.edu.br>

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

Código da IES no INEP: 4785

Representante legal: Moisés José Rosa Souza

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

1.2. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome: *Campus Jaru*

CNPJ: 10.817.343/0010-98

Natureza jurídica:

Endereço: Av. Ver. Otaviano Pereira Neto, nº 874, Setor 2

Cidade/UF/CEP: Jaru, Rondônia - CEP:76.890-000

Telefones: (069) 9 9918-2512 e (069) 9 9989-6257

E-mail: campusjaru@ifro.edu.br

Código da IES no INEP: 11050322

Representante legal: Renato Delmonico

Resolução de aprovação: Portaria nº 378 de 09 de maio de 2016

1.3. CORPO DIRIGENTE

Reitor: Dr. Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitor de Ensino: Me. Jean Peixoto Campos

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Dra. Xênia de Castro Barbosa

Pró-Reitora de Extensão: Dra. Erica Patricia Navarro de Souza

Pró-Reitor de Administração e Planejamento: Me. Elisandro de Moura Martins

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Dr. Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Diretor de Educação a Distância: Me. Marcel Leite Rios.

Direção-Geral do IFRO - *Campus Jarú*: Me. Renato Delmonico.

Direção de Ensino do IFRO - *Campus Jarú*: Michael Marçal dos Reis.

Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFRO - *Campus Jarú*: Ma. Regiane Pandolfo Marmentini.

Departamento de Extensão do IFRO - *Campus Jarú*: Dra. Edilene da Sila Pereira.

Departamento de Planejamento e Administração do IFRO - *Campus Jarú*: Me. Mateus Gomes dos Santos.

Coordenadora de Educação a Distância (CEAD): Ana Paula Alves Gonçalves.

1.4. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Elaboração da Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus Jarú* pela Comissão instituída pela Portaria nº 204/JARU - CGAB/IFRO, de 18 de setembro de 2024.

Regiane Pandolfo Marmentini; Ana Paula Alves Gonçalves; Michael Marçal dos Reis; Matusalem Aliares da Silva; Luciana Alves Ranzula; Sarah Freire Bezerra; Rodrigo Simoes Silva; Warley Jose Campos Rocha.

1.5. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) tem a missão de promover educação profissional, científica e tecnológica comprometida com a formação cidadã para o desenvolvimento sustentável. Além disso, almeja se constituir como uma instituição de excelência, de referência no cenário brasileiro e internacional, indutora do desenvolvimento nacional e regional, sendo os seus valores a ética, a inclusão social, a cooperação, a gestão democrática e participativa e a inovação.

A oferta de cursos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), em conformidade com sua missão, sua visão e seus valores,

embasa-se na práxis educativa institucional, assenta-se em uma concepção ampla de educação, pautada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, a educação é concebida como processo vivo, dinâmico, articulado com a realidade socioeconômica e cultural na qual se insere e visa à formação de profissionais crítico-reflexivos, pesquisadores da práxis docente e da própria práxis (Pimenta, 2002), com amplos e sólidos conhecimentos, necessários à intervenção social, de modo a contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade democrática, solidária e inclusiva.

Os cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), tanto na modalidade presencial quanto a distância, expressam o compromisso com a formação cidadã dos profissionais de ensino, de modo a favorecer o desenvolvimento de saberes, concebidos como práxis, expressão da articulação entre teoria e prática, que viabilizem o ensino de campos específicos de conhecimentos da educação básica, numa perspectiva interdisciplinar, emancipatória e transformadora, em consonância com os objetivos, finalidades e missão desta instituição, com o perfil profissional do egresso, com a matriz curricular do curso, com as demandas do contexto educacional articuladas às necessidades locais e regionais e às práticas emergentes no campo de conhecimento relacionado ao curso.

A oferta do curso de Pós-Graduação em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica está em conformidade com os princípios e as orientações integrantes da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, estabelecida pelo Ministério da Educação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola

Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi.

Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Dentre os principais marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia encontram-se:

1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;

2007: Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007;

2008: Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de 5/92 Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

2009: Início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO;

2010: Implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades. O *Campus* passou a denominar-se Porto Velho Calama no ano de 2011;

2011: Implantação de Polos de Educação a Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;

2012: Implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático para gestão da EaD;

2013: Início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;

2013: Instalação de 12 polos EaD;

2014: Expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades;

2015: Convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia para criação de 176 polos de EaD em escolas estaduais para oferta de cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio;

2017: Implantação do *Campus* de Jarú;

2018: Autorização de funcionamento do *Campus* Avançado de São Miguel do Guaporé, devidamente autorizado a funcionar pela Portaria nº 1.429, de 28 de dezembro de 2018;

2019: Primeira oferta de Licenciatura em Pedagogia e Formação Pedagógica em rede pela Universidade Aberta do Brasil (UAB);

2020: Oferta dos primeiros cursos de graduação na modalidade de educação a distância. O Instituto Federal de Rondônia está investindo, substancialmente, na ampliação dos *campi* e de sua rede. Atualmente, a configuração é esta: uma reitoria, nove *campi* (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jarú, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e o *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé, em processo de implantação e 24 polos de Educação a Distância. Já tendo formalizado termo de cooperação com o governo estadual para o atendimento de mais 176 polos de EaD.

Atualmente conta com 52 polos, sendo 12 desses polos em parceria com UAB no estado de Rondônia, e outros 6 polos distribuídos nos estados da Paraíba e Pernambuco.

2023: Consulta para escolha do novo Reitor e dos(as) Diretores(as)-Gerais dos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jarú, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena.

2024: Autorização do Ministério da educação para criação do novo *Campus* do IFRO em Buritis.

1.5.1 Missão, Visão e Valores do IFRO

1.5.1.1 Missão

Promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável.

1.5.1.2 Visão

Consolidar a atuação institucional, sendo reconhecido pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência.

1.5.1.3 Valores

Ética, transparência, comprometimento, equidade, democracia, respeito e efetividade.

1.6. HISTÓRICO DO *CAMPUS*

O município de Jaru fica localizado no Estado de Rondônia, a 291 km da capital Porto Velho. Situa-se na BR 364, fazendo divisão limítrofe com os seguintes municípios: ao Norte, com Theobroma; ao Sul, com Mirante da Serra e Nova União; a Oeste, com Cacaupê e Governador Jorge Teixeira; a Leste, com Vale do Paraíso e Ouro Preto do Oeste.

O município é considerado extremamente importante para o desenvolvimento econômico do estado por diversas razões, dentre elas podemos citar: forte produção na agroindústria; apresenta um número populacional superior a cinquenta mil habitantes, possui vários municípios menores em seu entorno e há inúmeras empresas fortes nas diversas áreas do comércio. No entanto, o município era carente de instituição de

ensino que oferecesse educação profissional e tecnológica para atender as demandas local e regional.

Nesse contexto, em 2012, em atendimento aos pedidos por parte de autoridades da educação do município de Jarú, no sentido de ofertar cursos profissionalizantes aos cidadãos da região, o IFRO implantou um Polo de Educação a Distância, dando, portanto, início às atividades de ensino com a oferta de quatro cursos do Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), com abertura de 200 vagas para atendimento aos servidores públicos do município e região, com os seguintes cursos: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar.

Os cursos foram ofertados na modalidade de ensino à distância (EaD), através de uma parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), cujo objetivo foi proporcionar qualificação profissional aos servidores públicos que atuavam na área de apoio técnico (merendeiras, zeladoras e agentes administrativos) da educação estadual e municipal de Jarú. Os cursos foram de suma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores com grande percentual de aproveitamento acadêmico e baixa evasão.

É importante dizer que, de acordo com o trabalho de acompanhamento dos egressos, muitos alunos tiveram suas vidas alteradas para melhor após concluírem os cursos ofertados pelo IFRO, por exemplo, mudando de função dentro da instituição onde eram lotados. Esses alunos eram matriculados no *Campus* Ariquemes, porém atendidos em Jarú, com um encontro presencial uma vez por semana.

Em 2013, com a finalidade de se expandir as atividades do IFRO no Estado e atender um maior número de pessoas, deu-se início ao processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jarú – UEP Jarú, vinculada ao *Campus* Ji-Paraná, cujo objetivo foi atender às necessidades de oferta de educação profissional gratuita à comunidade do município e adjacências pelo PRONATEC. No entanto, tal demanda não foi atendida.

Ainda em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte ofertou os cursos Técnico em Informática e Técnico em Finanças e, em parceria com o IFPR, o curso Comunitário de Saúde. Entretanto, não houve continuidade, pois o IFPR cancelou o referido curso por

motivos adversos. Então, para que os alunos não ficassem prejudicados, o *Campus* Porto Velho Zona Norte proporcionou a esses alunos o curso de Cuidador de Idoso.

A partir de então, intensificou-se a manifestação de interesse por parte de autoridades locais para implantação de uma unidade de ensino definitiva do IFRO em Jarú. Por meio do ofício nº138, de 21 de fevereiro de 2013, o Executivo Municipal de Jarú considera a atuação do Instituto como destaque na formação de pessoal e oficializa a intenção da Prefeitura em receber uma unidade do IFRO, com os seguintes argumentos:

- O Município possui economia expressiva, sendo a 2ª maior bacia leiteira per capita do país e a maior da Região Norte.
- Há 52.005 habitantes no Município, dentre os quais 15.210 são jovens e adultos entre 15 e 29 anos de idade.
- O PIB per capita é de R\$ 22.115,38, contra R\$ 15.925,15 da cidade de Ouro Preto do Oeste, que tem o número de habitantes que mais se aproxima de Jarú. Considera-se ainda que o PIB per capita é maior que o de Cacoal, Colorado e Ariquemes, onde já existem unidades do IFRO instalados.
- Jarú possui o maior frigorífico do Estado, três laticínios, expressiva produção de peixe e comércio significativo.
- O Município atende administrativamente as áreas de Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Anari, envolvendo uma população de aproximadamente 100.000 pessoas; além disso, aproxima-se dos Municípios de Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra e Vale do Paraíso, em um total que atinge quase 20.000 km².
- A Prefeitura se comprometeu em doar um terreno para a construção do *campus* e em dispor uma escola com infraestrutura necessária para a instalação inicial da Unidade.

Dessa forma, representantes do IFRO e gestores da prefeitura realizaram várias reuniões, audiências públicas e ações para firmarem parcerias. Culminou que, com a participação da comunidade, de membros do Ministério Público e outras autoridades locais, decidiu-se pela doação de um terreno ao IFRO. Somente após a aprovação da cessão do terreno pela comunidade, através de audiência pública, passou-se a proposta de doação do terreno para a deliberação final dos senhores vereadores.

Por fim, a Câmara Municipal de Jarú, através da Lei Municipal nº1974/2014, autorizou o executivo municipal a doar o imóvel onde antes funcionava a Exposição Agropecuária de Jarú (EXPOAJA). Assim, no dia 22 de dezembro de 2014, foi realizada uma solenidade para oficializar a entrega do imóvel ao IFRO para a construção de mais uma unidade de ensino – o *Campus Avançado Jarú*, atualmente *Campus Jarú*.

No decorrer de todo esse processo de doação do lote de terra, o IFRO continuou desenvolvendo suas atividades de ensino através do *Campus Porto Velho Zona Norte* devido à grande procura por cursos técnicos e tecnológicos profissionalizantes.

Por fim, em 2016, foi autorizada pela Portaria n.º 378, de 09 de maio de 2016 a criação de mais uma unidade do IFRO – o *Campus Avançado Jarú*. Neste mesmo ano, foi dado início à construção da sede do *Campus*, sendo, inicialmente, um bloco com três salas de aula e dois banheiros. Assim, o Polo de Educação a Distância (com os cursos Técnico em Finanças Subsequente/2015/2 e Técnico em Cooperativismo Concomitante/2016/2) deu lugar para o *Campus Avançado Jarú* e os cursos citados foram deslocados para as instalações da nova sede em Jarú.

Após inúmeras solicitações para mudança de tipologia do *Campus*, finalmente, em setembro de 2017, o Ministério da Educação autorizou a alteração da tipologia do *Campus Avançado Jarú* para *Campus Jarú*, através da Portaria n.º 1053, de 5 de setembro de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, está incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Curso será subsidiado pelas instituições de ensino que integram simultaneamente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes) seguindo o Edital Capes n.º 25, de 20/09/2023, atualizado em 6 de dezembro do mesmo ano. No âmbito

desse edital, o curso contará com 8.750 vagas distribuídas em 42 instituições que manifestaram interesse em participar dessa nova oferta, com início a partir de março de 2025.

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o Decreto n.º 8.752/2016, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

O presente Projeto Pedagógico de Curso fundamenta-se na legislação educacional vigente, em especial na Lei nº 9.394/1996 (LDB), nas normas do Conselho Nacional de Educação, nas diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica e no Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que institui a Política Nacional de Educação a Distância, orientando a organização, a oferta e a avaliação dos cursos na modalidade EaD.

2.1. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
Carga Horária Total	360h	Duração (Meses)	18 meses	Nº vagas	200
Modalidade	Educação a distância				
Título a ser conferido	Especialista em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica				
Sistema de organização	Núcleo Comum, Núcleo Específico e TCC. Subdivisão em módulos e unidades temáticas.				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação (Setec/MEC); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)				

Participantes	Profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo MEC, que atuam ou que pretendem atuar na EPT. Os/as candidatos/as ao ingresso no Curso devem atuar no estado ao qual a instituição de ensino ofertante está vinculada.
Início da oferta	Março de 2026

2.2. JUSTIFICATIVA

Atualmente, a Educação a Distância no Brasil é fruto de ações governamentais e privadas com vistas à implantação, à expansão e à democratização da educação ao longo de algumas décadas. Nos últimos anos, ela passou por mudanças expressivas e foi impulsionada por dois fatores: as tecnologias, como a televisão, o computador e a internet, que influenciaram sobremaneira o acesso de muitas pessoas à modalidade; e as políticas, programas e ações de incentivo à formação dos sujeitos nos variados níveis para o mundo do trabalho.

A combinação desses fatores fez com que a EaD evoluísse e alcançasse números relevantes, tornando-se uma tendência inegável. Os números são surpreendentes, o acesso de muitos estudantes foi expandido, mas apontam para questões que não podem ser negligenciadas.

Se, por um lado, a EaD cresceu e se desenvolveu de maneira expressiva, sobretudo como uma ferramenta de superação da “defasagem educacional por meio do uso intensivo de tecnologias em rede, da flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem, e da gestão integrada de modelos presenciais e digitais” (Moran, 2011, p.45), por outro, carece de formação adequada dos profissionais envolvidos para a manutenção da qualidade socialmente referenciada, [...] “composta por uma visão multidisciplinar e polissêmica, imbricada às acepções de sociedade” (Lima; Fonseca; Machado, 2021).

Nesse contexto, conforme propõem Dourado e Oliveira (2009, p. 205), a qualidade da educação deve ser definida considerando-se [...] “os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos”.

A história da EaD no Brasil está intrinsecamente ligada à educação profissional, remontando aos cursos por correspondência do Instituto Monitor e do Instituto Universal Brasileiro, na década de 1930, e à criação da Universidade do Ar, em 1947, patrocinada pelo Senac. A EaD desempenha um papel crucial na democratização da educação, superando barreiras sociais e geográficas. Além disso, ela favorece a aprendizagem colaborativa e estimula o pensamento crítico, desde que acompanhada de políticas de inclusão digital e de valorização do trabalho humano.

A inserção da EaD na Educação Profissional e Tecnológica apresenta desafios significativos, destacando-se a necessidade de compreender as tecnologias digitais como parte integrante de processos de produção e de sistemas de regras. A formação em EaD deve enfatizar a interação entre prática e pesquisa, estimulando a criatividade humana e promovendo uma abordagem crítica na utilização dessas tecnologias.

Em 2012 o IFRO ofertou cursos em Jarú na modalidade de ensino à distância (EaD), em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Os cursos de Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar faziam parte do Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO). Houve a abertura de 200 vagas para atendimento aos servidores públicos do município e região. Os cursos foram importantes para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e tiveram grande percentual de aproveitamento acadêmico e baixa evasão.

Em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte ofertou o curso de Cuidador de Idoso. Ainda no Polo de Educação a Distância em Jarú houve os cursos Técnico em Finanças Subsequente/2015/2 e Técnico em Cooperativismo Concomitante/2016/2. Em 2016, foi autorizada pela Portaria nº. 378 de 09 de maio de 2016 a criação de mais uma unidade do IFRO – o *Campus* Avançado Jarú.

Em setembro de 2017, o Ministério da Educação autorizou a alteração da tipologia do *Campus* Avançado Jarú para *Campus* Jarú, através da Portaria nº.1053, de 5 de setembro de 2017. Atualmente o *Campus* conta com o curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio e os cursos de Graduação Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia em Gestão Comercial.

Diante do cenário atual, a especialização em Educação a Distância na EPT se justifica pela urgência de preparar profissionais capacitados para enfrentar os desafios dessa modalidade educacional. A urgência deve-se à acelerada expansão da EaD em todo o Brasil e à necessidade de promover espaços formativos sobre as especificidades da modalidade capazes de materializar os princípios que norteiam a formação profissional a distância com qualidade socialmente referenciada.

O reconhecido crescimento da oferta de cursos a distância no nosso país nos leva a refletir sobre as condições concretas de atuação dos profissionais que trabalham na modalidade. Pensar sobre tais condições implica a criação de espaços de formação que não se limitem à apreensão de conhecimentos técnicos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mas, principalmente, que tomem como elemento norteador a intencionalidade pedagógica dos projetos de formação profissional das mais variadas instituições.

Nesse sentido, convém destacar os apontamentos sobre a oferta de uma EaD crítica e contextualizada presentes na Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica:

Ela requer, entretanto, o estabelecimento de políticas que ensejem a inclusão digital, que contemplem as necessárias atividades práticas e que, na contraface dos processos de precarização, levem à valorização do trabalho humano. Ainda mais, é preciso considerar o contexto mais amplo em que se circunscreve a EaD, pois sua realidade técnica é parte da realidade social, nos quadros da qual o processo técnico se constitui e se desenvolve fazendo mediações. Igualmente, é necessário levar em conta como os objetos técnicos envolvidos na digitalização do trabalho humano, inclusive das atividades na EPT, vem se inserindo e se concretizando de diferentes maneiras. (Brasil, 2024, p. 35).

A formação em e para a educação a distância deve ser vista como um trabalho de natureza coletiva e, portanto, colaborativa, orientada pelos princípios de qualidade socialmente referenciada. Assim, o curso proposto visa a apoiar políticas emancipatórias na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para a construção

de uma sociedade comprometida com a transformação, baseada em princípios éticos e de solidariedade social.

A partir da formação proposta neste projeto de curso propõe-se incentivar a criação de práticas pedagógicas a distância voltadas à superação do neotecnicismo, com currículos e processos pedagógicos pautados nos princípios da formação humana integral, do trabalho como princípio educativo, da prática social como produtora de conhecimentos, da indissociabilidade entre todas as dimensões do processo educativo e dos educandos como produtores de conhecimento.

2.3. PÚBLICO ALVO

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis/bacharelas e/ou tecnólogos/as que atuam ou que pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

2.4. FORMAS DE INGRESSO

O processo seletivo deve ser público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a Setec/MEC e UAB/Capes, no contexto do Edital CAPES n.º 25/2023.

O ingresso de candidatos/as deve considerar as normas internas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC), bem como a legislação brasileira vigente expressa neste PPC. Importante destacar que os/as candidatos/as ao ingresso no Curso devem atuar no estado ao qual a instituição de ensino está vinculada.

- Quantitativo de vagas: 200

- Formas de ingresso: As formas de ingresso serão estabelecidas por meio de Processo Seletivo com edital unificado.

O processo seletivo deve estar em conformidade com a Portaria n.º 1023/REIT - CGAB/IFRO, de 22 de junho de 2022 que estabelece as diretrizes e orienta sobre as normas de aplicação das Ações Afirmativas nos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) para que haja a promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade étnico-racial e das condições de inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD).

2.4.1 Desligamento e reingresso no curso

Quanto a possibilidade de desligamento dos/as acadêmicos/as dos cursos de pós-graduação em docência na EPT será considerada o disposto na Resolução nº 49/REIT/CONSUP/IFRO/2025:

Abandono do curso, caso não ocorra a renovação ou trancamento de matrícula no prazo estabelecido no calendário acadêmico. No caso de abandono, o aluno/a deverá se submeter a um novo processo seletivo.

Cancelamento de matrícula, caso ocorra a apresentação de documentos falsos ou falsificados para matrícula; o/a ingressante faltar consecutivamente nos primeiros 15 dias, sem justificativa; em caso de falecimento; por solicitação do aluno ou do seu representante legal, com apresentação de declaração de desistência do curso, na Coordenação de Registros Acadêmicos.

O/a acadêmico/a que não concluir o curso na sua primeira oferta pode reingressar submetendo-se ao Edital de seleção e solicitando o aproveitamento de estudos, conforme a Resolução nº 49/REIT/CONSUP/IFRO/2025.

Em nenhuma hipótese será concedido aproveitamento de estudos, para atividades acadêmicas específicas, tais como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Compete à Coordenação de Curso, com o apoio da Coordenação de Pós-graduação, verificar se existe a possibilidade de aproveitamento e a emissão de deferimento ou não.

2.5. OBJETIVOS

2.5.1. Objetivo Geral

Oferecer formação continuada a graduados em diferentes áreas do conhecimento mediante conceitos e estratégias de aproximação e de associação da educação a distância à Educação Profissional e Tecnológica considerando as vantagens e as limitações dessa articulação e tendo como referência a perspectiva da formação integral, emancipatória e comprometida com a transformação social.

2.5.2. Objetivos Específicos

- Compreender aspectos legais, regulatórios, organizacionais e de gestão da EaD, especialmente em sua articulação com a EPT.
- Analisar o debate sobre teorias e práticas de ensino-aprendizagem on-line na Educação Profissional e Tecnológica.
- Realizar atividades básicas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, incluindo a gestão de usuários e de dados e a estruturação de estratégias de suporte técnico ao usuário.
- Desenvolver estratégias de avaliação e de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem adaptadas à EPT em ambientes virtuais.
- Analisar modelos de design instrucional e sua aplicação na EaD na Educação Profissional e Tecnológica.
- Planejar e organizar conteúdo técnico e tecnológico em ambientes virtuais de aprendizagem.
- Desenvolver materiais didáticos digitais, incluindo vídeos, podcasts, infográficos e apresentações, considerando aspectos de interatividade, usabilidade e acessibilidade adequados às demandas específicas da Educação Profissional e Tecnológica.

- Desenvolver atividades e práticas articuladas aos saberes técnicos próprios da Educação Profissional e Tecnológica com a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, elementos de jogos, simulações, e inteligência artificial.
- Analisar e interpretar dados de desempenho de cursos de EPT ofertados na modalidade EaD, visando ao aprimoramento da sua gestão.
- Contribuir com a expansão, no país, da Educação Profissional e Tecnológica com qualidade social.

2.6. PERFIL DO EGRESSO

Ao final do curso, espera-se formar profissionais da educação com condições para:

- demonstrar habilidade na utilização de ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas online;
- integrar eficientemente recursos digitais no desenvolvimento de atividades educativas a distância;
- desenvolver materiais e recursos pedagógicos adequados à modalidade a distância que possibilitem aos educandos a compreensão crítica da realidade que os cerca e nela intervir;
- contribuir com o fortalecimento da gestão democrática de políticas, programas e projetos de educação a distância na Educação Profissional e Tecnológica.

2.7 MODALIDADE

Educação a distância - O curso é ofertado na modalidade Educação a Distância, conforme a Política Nacional de Educação a Distância, instituída pelo Decreto nº 12.456/2025, articulando atividades pedagógicas síncronas e assíncronas, com mediação docente qualificada, uso de tecnologias digitais de informação e comunicação

e estratégias que promovem a interação, o acompanhamento acadêmico e a aprendizagem significativa dos estudantes, em consonância com os referenciais de qualidade da EaD e da Educação Profissional e Tecnológica.

3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, Pós-Graduação *Lato Sensu*, na modalidade de educação a distância, observa as determinações legais presentes no item Referenciais políticos e legais deste documento.

A construção curricular se deu a partir de duas dimensões: a dimensão epistemológica, relacionada à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas que compõem as unidades temáticas do curso, e a dimensão profissional, que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do trabalho na EaD, considerando a multiplicidade de funções existentes para o desenvolvimento da modalidade e suas relações sociopolíticas, culturais e éticas.

Na dimensão epistemológica, lançamos mão dos pressupostos teórico-críticos para fundamentar a construção curricular do curso, tendo como base os princípios presentes nas diretrizes gerais da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a saber: a formação humana integral; o trabalho como princípio educativo; a prática social como produtora de conhecimento; a indissociabilidade no processo educativo e; o educando como sujeito produtor de conhecimento.

A dimensão profissional compreende os fundamentos teórico-práticos que constituem a estrutura curricular do curso, partindo do pressuposto de que a Educação a Distância possui múltiplas determinações e se constroi de forma multidimensional, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e tecnológicos.

O curso contempla a prática social como ponto de partida e de chegada no percurso formativo do educando, reconhecendo-o como um sujeito produtor de conhecimento a partir da compreensão da sua historicidade, das experiências relacionadas à Educação a Distância que influenciam a forma de representação dessa modalidade no seu meio laboral. O público-alvo deste curso constitui-se, portanto, de sujeitos sociais, que produzem e reproduzem suas existências, experimentam dificuldades, alimentam seus sonhos e comemoram suas conquistas. São seres humanos ativos e criativos. Sensível a tais considerações, a proposta pedagógica deste curso realça o primado do aprender para gerar transformações na realidade educacional e social.

Considerando a prática social como ponto fundante do nosso projeto pedagógico, assumimos o trabalho como atividade humana central, complexa e multideterminada, incluindo os aspectos sócio-históricos, culturais, da ciência e da tecnologia. Isso significa situar as questões relacionadas à Educação a Distância numa perspectiva crítica, de uma prática social relacionada ao trabalho e suas condições materiais na sociedade contemporânea. Por isso, esse princípio é tomado como fundamento da proposta educacional aqui apresentada, cujo objetivo é a formação humana integral.

Outra premissa importante para este curso é a compreensão da relação entre teoria e prática como uma unidade indissolúvel de elementos que, apesar de sua existência autônoma, mantêm uma relação de interdependência mútua, sendo, pois, indissociáveis. Essa compreensão se diferencia da perspectiva que considera haver dicotomia (dissociativa ou associativa) entre teoria e prática.

Nesta perspectiva, que toma a práxis como referência, as práticas educativas são entendidas como atividades teórico-práticas considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação para a EaD no contexto da EPT. Isso significa que as unidades temáticas da formação em tela não devem ter caráter teórico ou prático, mas constituir-se como identidades teórico-práticas por excelência, que alcançarão o sentido de integração se forem trabalhadas interativamente.

Essa forma de entender e de trabalhar a relação entre teoria e prática em um curso de formação tende a promover intervenções didáticas conscientes, que tenham o trabalho concreto como ponto de partida e de chegada da teoria, e esta como originária das exigências e dos problemas da realidade. É nesta perspectiva que se pretende, inclusive, que o TCC seja desenvolvido pelos/as estudantes.

3.1.1. Estratégias de ensino previstas para o curso

Os procedimentos pedagógicos a serem utilizados deverão ser coerentes com os princípios, os objetivos e as finalidades deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, com a perspectiva do desenvolvimento da consciência teórica das contradições sociais por ele emanadas e de como encará-las por meio de dispositivos práticos de propostas de intervenção educativa.

Em outros termos, tais expedientes deverão servir para incentivar os/as estudantes deste curso a realizar colaborações concretas de construção de conhecimentos socialmente significativos, aplicáveis a essa modalidade educacional, tornando-a, de forma crítica e profícua, incursa na práxis social.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se desenvolva por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017, p. 43):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síncrese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (grifos nossos).

O ponto de chegada do desenvolvimento deste curso tem por alvo, portanto, a realidade concreta existente, mas agora num nível mais avançado de compreensão. O que se espera é que, por terem passado pelas problematizações e apropriações dos instrumentos conceituais e metodológicos de intervenção educativa, os/as estudantes deste curso possam chegar a um patamar superior de compreensão da educação a distância na EPT e sua relação com a prática social.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, discentes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

3.1.2. Estratégias de acompanhamento pedagógico

O acompanhamento pedagógico é uma estratégia importante de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, tanto é assim que foi contemplado nas políticas educacionais brasileiras, tendo como objetivo, atenuar a realidade de fracasso escolar, orientar a aprendizagem dos alunos de acordo com suas necessidades. O trabalho é cooperativo entre professores, colegiados e pedagógico-administrativo.

Professores/as formadores/as e tutores/as realizam a orientação dos alunos com relação aos conteúdos de sua disciplina, também influenciam ensinando técnicas e métodos diversos para aprender.

O coordenador do curso, se não resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos Núcleos Especializados que mantêm uma equipe multidisciplinar capaz de dar o acompanhamento pedagógico ao discente.

Fóruns, chats e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as formadores/as, tutores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o

bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e ser transversal a todo o curso, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

3.1.3. Estratégias de flexibilização curricular

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

As unidades temáticas possuem caráter teórico-prático, de forma a contemplar questões da atividade do/a educador/a da EPT.

A cada unidade temática, o/a docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional, como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da educação a distância na EPT e inspirar novas práticas pedagógicas, mais dialógicas e efetivas.

3.1.4. Atividades de tutoria (cursos EaD)

Tutores presenciais e tutoras a distância realizarão a mediação pedagógica e o apoio técnico e motivacional e serão selecionados por meio de edital público externo posterior.

3.1.5. Outras atividades previstas para o curso

A realização de outras atividades relacionadas ao curso é prevista, a fim de aprimorar a formação básica, profissional e cidadã dos discentes.

Atividade de Extensão: A extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, deve promover a interação transformadora entre o IFRO e a sociedade, que pode ser computada como aula quando envolve a turma;

A Visita Técnica é uma atividade de extensão orientada de alunos e professores a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso aplicado ou a projetos, com vistas à aquisição e transferência de conhecimentos inerentes ao mundo do trabalho, que será computada como aula quando envolve a turma, desde que esteja prevista no plano de ensino do professor e seguir os trâmites de visita técnica. Além da visita

técnica, a extensão conta com eventos culturais, sociais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos.

Atividade de Pesquisa Científica: atividade complementar realizada pelo aluno e orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica, e que não pode ser computada como aula, exceto quando a aula for planejada como esta atividade no âmbito de disciplina específica, como nos casos de observação das práticas de campo e nas experimentações laboratoriais.

Atividades de monitoria e outras, embora auxiliem na formação do aluno, não constituem atividades de ensino e aprendizagem para fins de cômputo de carga horária dos componentes curriculares da matriz dos cursos.

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e levou em consideração os princípios norteadores a formação previstos para atuação do profissional da EPT, tanto em contextos presenciais em que há utilização de carga horária em EaD, como na Educação a Distância. Nesse sentido, o curso segue a lógica da apropriação do conhecimento tecnológico estabelecido de acordo com seus níveis de complexidade (das habilidades mais simples às mais complexas) e das particularidades da atuação na modalidade de EaD.

3.3 MATRIZ CURRICULAR

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), compostos por 10 componentes curriculares, doravante denominados Unidades Temáticas (UT), incluindo o TCC, conforme apresentado no Quadro 01. Cada módulo ocorre em um semestre.

Quadro 1 - Matriz curricular da Especialização em EaD na EPT

NÚCLEO		UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA
MÓDULO I 105h	NÚCLEO COMUM (90h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30h
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	30h
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	30h
	TCC - 1º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso I	15h
MÓDULO II 225h	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	Fundamentos da EaD	30h
		Teorias, metodologias e planejamento pedagógico em EaD	30h
		Produção de Materiais Didáticos Digitais	30h
		Ambientes Virtuais de Aprendizagem: ferramentas e estratégias de avaliação	30h
	TCC - 2º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso II	15h
	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	Mediação pedagógica em EaD	30h
		Avaliação e melhoria contínua em EaD	30h
		Sistemas e Gestão da EaD	30h
MÓDULO III 30h	TCC - 3º Momento (30h)	Trabalho de Conclusão de Curso III	30h
Carga horária total do curso			360h

3.4 AVALIAÇÃO

3.4.1. Avaliação dos processos de ensino e da aprendizagem

A avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do/a discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e tutores/as, resulta como meio para confirmar se os/as estudantes aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as

proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os/as estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, referência importante para o seu Relatório de Formação, o TCC. Caberá ao/à professor/a fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo regimento da instituição ofertante.

Para a avaliação somativa referente a cada unidade temática, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

As avaliações ocorrerão ao longo de cada componente curricular, quando serão avaliadas as competências que os/as estudantes desenvolveram por meio de atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem e avaliações virtuais.

Conforme prevê o § 1º do art. 65 da Resolução nº 49/REIT - CONSUP/IFRO, de 21 de outubro de 2025, são considerados instrumentos de avaliação todos aqueles que permitem aos educadores fazer diagnósticos e intervenções em tempo hábil, com vistas ao aprimoramento do processo ou recuperação de estudos, incluindo-se provas escritas e orais, testes, debates, seminários, relatórios, dissertações, experiências, práticas, demonstrações, projetos, monografias, exercícios, tarefas, participação em fóruns e outros, seja em atividades regulares ou de rotina, seja ainda nas atividades especiais.

Os resultados quantitativos serão expressos em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). Estarão aprovados/as os/as estudantes que obtiverem uma média final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, conforme determina a Resolução n.º 49/REIT - CONSUP/IFRO, de 21 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRO.

3.4.2. Avaliação do curso

O acompanhamento do desenvolvimento do curso deve ser contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados.

Ela poderá oferecer dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos/as discentes, a fundamentação teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância das unidades temáticas e da bibliografia indicada.

A avaliação do curso será realizada conforme proposta de autoavaliação da instituição ofertante e terá como base o relatório a ser produzido pela Coordenação do Curso, apreciado pelo seu Colegiado.

O monitoramento e a avaliação do curso de Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFRO - *Campus Jarú* serão alinhados à missão institucional de promover educação de excelência com foco na permanência e no êxito, o monitoramento aqui estruturado visa garantir a fidedignidade dos dados e a tempestividade nas intervenções pedagógicas, assegurando que a gestão acadêmica atue como facilitadora do desenvolvimento regional e da inclusão social.

A gestão por indicadores permite identificar precocemente gargalos de evasão e garantir a eficiência na ocupação da estrutura pública oferecida.

Quadro 2 - Indicadores: Vagas, Desempenho e Evasão

Indicador	Meta	Responsável
Taxa de Ocupação de Vagas	Preenchimento de 200 vagas por profissionais graduados que atuem ou pretendam atuar no estado de Rondônia	Coordenação do Curso e CRA

Aproveitamento Escolar (Médias)	Obtenção de média final igual ou superior a 60 pontos em cada Unidade Temática para aprovação.	Colegiado do Curso e Coordenação do Curso
Índice de Assiduidade Acadêmica	Manutenção de frequência mínima de 75% da carga horária total para fins de certificação. Monitoramento contínuo dos casos de abandono (falta de renovação de matrícula) e cancelamento de matrícula.	CRA (registro) e Coordenação do Curso (monitoramento)
Taxa de Retenção e Êxito	Identificação precoce de discentes em situação de vulnerabilidade e redução dos índices de abandono via suporte psicossocial.	CAED e Coordenação do Curso
Qualidade da Interação	Avaliação do engajamento no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), analisando o uso de fóruns, chats e o nível de interatividade pedagógica, conforme exigido pelas novas diretrizes.	Coordenação do Curso
Eficiência Terminal Intermediária	Emissão de Certificados de Aperfeiçoamento (180h) para discentes que cumpram o percurso parcial.	CRA e Coordenação do Curso
Inclusão e Acessibilidade	Eficácia do atendimento ao público da Educação Especial e das ações do NAPNE na superação de barreiras pedagógicas e arquitetônicas	Coordenação do Curso e NAPNE

As competências das instâncias de gestão são interdependente e impactam diretamente a qualidade dos dados e os resultados dos indicadores citados:

- **Coordenação do Curso:** Responsável pela supervisão pedagógica e gerenciamento dos diários eletrônicos. Deve garantir que os lançamentos de

conteúdos e avaliações ocorram com tempestividade, pois a falta de atualização compromete a fidedignidade dos dados de desempenho e impede intervenções preventivas.

- **Colegiado do Curso:** Atua como instância de planejamento e avaliação. Sua competência na **designação de orientadores de TCC** é fator crítico para o indicador de conclusão do curso. O Colegiado analisa periodicamente os indicadores de êxito para deliberar sobre ajustes curriculares necessários.

- **CRA (Coordenação de Registros Acadêmicos):** Foca no controle técnico de matrículas, notas e trâmites de certificação. É fundamental destacar que a celeridade no processamento de matrículas pela CRA impacta diretamente o indicador de **Ocupação de Vagas**, evitando atrasos no início do calendário acadêmico.

- **CAED (Coordenação de Assistência ao Educando):** Setor responsável pelo suporte psicossocial e pedagógico. Sua atuação é o principal motor para o indicador de **Permanência**, realizando a identificação precoce de riscos sociais e acadêmicos que poderiam gerar o abandono escolar.

O curso submete-se a processos cíclicos de autoavaliação institucional:

- **Monitoramento Permanente:** Comparação sistemática entre os resultados alcançados e as metas estabelecidas para detecção de desvios.

- **Apreciação Deliberativa:** Os dados coletados pelos indicadores (vagas, médias, frequência e evasão) devem ser apreciados pelo Colegiado do Curso em reuniões bimestrais.

- **Relatórios de Gestão:** Consolidação de dados pela Coordenação para alimentar a autoavaliação institucional e identificar necessidades de infraestrutura ou atualização curricular.

- **Ciclo trimestral (Gestão):** Reuniões ordinárias do Colegiado do Curso a cada 3 (três) meses para avaliar o andamento pedagógico, o cumprimento do calendário e a carga horária das disciplinas.

- **Ciclo Semestral/Módulo:** Avaliação da consistência do currículo em relação ao perfil do egresso e atualização da bibliografia conforme a necessidade identificada no

semestre anterior. Ocorrerá a aplicação de questionários aos estudantes para avaliar a instituição, o curso e professores.

A Coordenação do Curso, em articulação com o Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP), é a responsável por consolidar os dados da avaliação em um Relatório de Avaliação do Curso.

O corpo docente passará por processos de acompanhamento e avaliação contínua para assegurar que a mediação pedagógica atenda aos padrões de excelência acadêmica exigidos pelo Decreto nº 12.456/2025.

A coordenação do curso contará ainda com a Autoavaliação Institucional, estruturada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e analisará os relatórios anuais para subsidiar a tomada de decisão da Coordenação e do Colegiado.

3.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem carga horária de 60h, dividida em três Momentos/Unidades Temáticas:

TCC I (15h): Elaboração do **Plano de Formação** a partir de uma questão problematizadora real e socialmente relevante da EPT. Deve ser construído **individualmente** e com a mediação pedagógica do professor/a formador/a e da tutoria.

TCC II (15h): Aprimoramento do **Plano de Formação** e início do **Relatório de Formação**. Deve ser construído **individualmente** e com a mediação pedagógica do professor/a formador/a e da tutoria.

TCC III (30h): Finalização do **Relatório de Formação**. Deve ser construído **individualmente** e com a mediação pedagógica do professor/a formador/a, da tutoria e dos/das Orientadores/as de TCC designados pela Coordenação do Curso, em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa n.º 2/2017. No início do Módulo 3, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, **na proporção de cinco a dez cursistas para cada docente orientador/a**. O/a orientador/a terá a tarefa de incentivar a consolidação do Plano de Formação e o desenvolvimento do Relatório de Formação. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados

empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

3.5.1. Linhas de pesquisa

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

3.5.2. Procedimentos de elaboração e critérios de avaliação do TCC

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TCC I - 15h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução

do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.

- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. O processo de ensino investigativo que se propõe pela concretização desse trabalho tem um papel essencial, por meio do qual o/a estudante, através da mediação docente, aprofunda sua capacidade de sistematizar aspectos relacionados à sua vivência, articulando o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante, considerando os desafios e as perspectivas das relações entre EAD e EPT no contexto educacional e suas habilidades interacionais (Capaz; Gerke; Muskardi, 2022). Por isso, todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.
- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Plano de formação e o relatório de formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a formador/a e da tutoria, defina um fio condutor para a sua formação.

Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas **15h** de trabalho acadêmico, caberá ao/à discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua professor/a formador/a e da tutoria, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a educação a distância na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a professor/a formador/a e pelo/a tutor/a da Unidade Temática (TCC I). Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, análise, síntese e proposição.

O Plano de Formação deverá ser desenvolvido levando em conta a necessidade de proporcionar uma formação que articule o conhecimento acadêmico com a experiência prática, preparando os/as discentes para atuarem profissionalmente de forma mais eficaz.

Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da educação a distância na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

Segundo Momento (TCC II - 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas. Iniciar a escrita do Relatório de Formação.

Terceiro Momento (TCC III - 30h): concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação). A estrutura deste relatório pode ser a seguinte:

- a. Título.

- b. Resumo.
- c. Sumário.
- d. Introdução.
- e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- f. Conclusão.
- g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
- h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um Memorial, espécie de “diário de bordo”, caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com as Unidades Temáticas.

O Memorial é uma atividade em que o/a cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma comunicação necessária entre a tutoria e os/as cursistas. É um meio para o/a estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele o/a cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, especialmente, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial deve ser uma importante referência e, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TCC. Para a sua

operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, problemas pedagógicos que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

O TCC, depois de finalizado, será examinado por **dois avaliadores**, que deverão atribuir uma nota ou conceito, conforme o previsto na Resolução n.º 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFRO.

O momento de socialização dos resultados será mediado por professores formadores (orientador/a/tutor/a), que poderá ser apresentado presencialmente/virtualmente, quando ofertado no *Campus Jarú*, ou a distância, nos polos credenciados do IFRO, caso sua oferta seja estendida a outras localidades.

Após a avaliação dos trabalhos, serão atribuídas as notas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. No caso de Aprovação com ressalvas, será concedido ao acadêmico um prazo máximo de 30 dias corridos a partir da data da apreciação do TCC.

Estarão aprovados/as na apreciação do TCC os/as estudantes que obtiverem uma média final na apresentação igual ou superior a 60 pontos, conforme determina a Resolução n.º 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022. A socialização do TCC deve ser realizada dentro do prazo da integralização do curso.

Após a socialização do TCC, o/a acadêmico/a terá 30 dias para realizar o depósito no Repositório Institucional do IFRO da versão final do TCC, para disponibilização no sistema institucional.

O documento final do TCC deverá ser escrito em língua portuguesa padrão, com as normas técnicas (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em

conformidade com a Resolução n.º 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022.

Para a realização de projetos de TCC que envolvam pesquisa com seres humanos, é necessária a apreciação preliminar do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO, conforme determina o Art. 18 da Resolução n.º 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022, para que a pesquisa seja executada.

3.6 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

O IFRO *Campus* Jaru não faz distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais, pois a educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos, como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Os alunos que se enquadrarem nos diferentes grupos de pessoas excluídas e marginalizadas para a sua permanência no curso, contarão com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), sendo elas as contempladas pelo Decreto n.º 7.611/2011, cujas necessidades educacionais se originam em função de: Deficiência, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringido a sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade; Altas habilidades/superdotação, caracterizada por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes; Transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil); e transtornos funcionais específicos, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros.

O NAPNE possui várias competências, entre elas, identificar os discentes com necessidades específicas no *Campus* e orientá-los quanto aos seus direitos e deveres,

orientar os servidores e prestadores de serviços do *Campus* quanto ao atendimento aos discentes com necessidades específicas, contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental, entre outros. Todas as ações terão como base o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO, a Resolução n.º 35/REIT - CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2020.

Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

Com a expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFRO, *Campus* Jarú, prima pelo cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (de acordo com o Art. 205, 206 e 208 da CF/1988; NBR 9050/2004 da ABNT; Lei n.º 10.098/2000; Decretos n.º 5.296/2004, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e Portaria n.º 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social.

Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012) o NAPNE desenvolverá ações junto ao corpo docente no sentido de orientar, acompanhar e sugerir um planejamento diferenciado buscando garantir a inserção do "aluno com necessidades específicas". Para tanto, algumas ações serão desenvolvidas: orientação ao corpo docente e discente quanto a acolhida e o apoio necessário para a permanência da Pessoa com TEA; apoio ao docente no trabalho com o acadêmico com TEA; auxílio e orientação no planejamento docente quando necessário; acompanhamento do acadêmico com TEA; esclarecer aos discentes, docentes, colaboradores e funcionários em geral o que é o TEA, suas especificidades e procedimentos a serem adotados; atendimento aos familiares e ou responsáveis pelo acadêmico com TEA.

A Portaria n.º 1023/REIT - CGAB/IFRO, de 22 de junho de 2022, estabelece as diretrizes e orienta sobre as normas de aplicação das Ações Afirmativas nos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) para que haja a promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade étnico-racial e das condições de inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD). Das vagas ofertadas nos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas ao sistema de Ações Afirmativas do IFRO.

As principais diretrizes para atendimento ao estudante incluem:

- **Acessibilidade Digital:** Garantia de que as plataformas digitais e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) possuam usabilidade e recursos de acessibilidade que assegurem a interação pedagógica para todos os discentes, conforme exigido pela nova legislação;

- **Materiais Didáticos Inclusivos:** Produção e curadoria de materiais (e-books, vídeos, podcasts) que respeitem a diversidade e as necessidades específicas de aprendizagem, assegurando a qualidade e a efetividade do processo de ensino;

- **Infraestrutura Física:** Manutenção de condições de acessibilidade nas sedes e nos Polos EaD, eliminando barreiras arquitetônicas e sensoriais para as atividades presenciais obrigatórias;

- **Apoio Pedagógico:** Atuação de mediadores pedagógicos e intérpretes de Libras, quando necessário, para apoiar o docente regente na personalização do acompanhamento ao estudante da Educação Especial.

Esta abordagem visa não apenas o cumprimento legal dos Decretos n.º 7.611/2011 e n.º 12.456/2025, mas a efetiva transformação social e o êxito acadêmico dos profissionais em formação.

3.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas

instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, sala de coordenações. O *Campus* Jarú disponibiliza um laboratório de informática equipado com 40 computadores, todos ligados à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns disponibilizam serviço de *wireless* aos estudantes. O IFRO incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitem o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

O *Campus* possui a Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação, a qual fornece suporte, executa, instrui, supervisiona e mantém a funcionalidade das tecnologias da informação e comunicação, com articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus*.

3.7.1. Multimeios Didáticos

A transmissão de mensagens através de novas mídias ocorrerá por meio da migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os/as estudantes, seguindo orientações do Lantec-Prosa/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre a IES e a Setec/MEC. Os multimeios incluem e-books, vídeos, e as ferramentas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

3.7.2. Recursos de Informática

Nos microcomputadores e *softwares* disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

a) a internet como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia on-line, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

b) a comunicação por e-mail, já consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;

c) os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de *slides* e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes na instituição para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidas, quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, *slides* ou *blogs*;

d) jogos e simulações propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

e) demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino.

3.7.3. Ambiente Virtual de Aprendizagem (Cursos EaD)

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Lantec-Prosa/UFSC podem ser migrados com facilidade para cada uma delas.

O IFRO utiliza o AVA, por meio do *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE) <https://virtual.ifro.edu.br/jaru/> O suporte técnico será exercido pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação do *Campus*. O suporte pedagógico será exercido pela Coordenação de Assistência ao Educando (CAED).

Trata-se de uma ferramenta pedagógica e como espaço de interação assíncronica e síncronica do aluno para com o acesso aos conteúdos e materiais pedagógicos, as discussões em grupo, esclarecimento de dúvidas por intermédio do *chat*, resolução de atividades e a realização de avaliações, entre outras possibilidades que este ambiente possibilita para a consecução dos objetivos pedagógicos.

3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O Acompanhamento do egresso se dará conforme regulamentado na Resolução n.º 45/2017/CONSUP/IFRO. O planejamento, acompanhamento e a execução das ações institucionais serão realizados pelo Departamento de Extensão (DEPEX), por meio da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC), em articulação com a Coordenação de Curso e Coordenação de Pós-Graduação.

3.9 CERTIFICAÇÃO

3.9.1. Certificação de Conclusão de Curso

Conforme o art. 101 da Resolução nº 49/REIT - CONSUP/IFRO, de 21 de outubro de 2025 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), após o cumprimento integral da matriz curricular, frequência de 75% no curso e aproveitamento segundo os critérios estabelecidos no projeto pedagógico será conferida ao estudante o certificado de **Especialista em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica**, segundo o disposto na Res. n.º 01/2007/CNE/CES. O certificado será emitido pelo Instituto Federal de Rondônia, conforme Resolução n.º 31/REIT - CONSUP/IFRO, de 17

de dezembro de 2021.

3.9.2. Certificação de Aperfeiçoamento

Conforme o art. 100, § 1º da Resolução nº 49/REIT - CONSUP/IFRO, de 21 de outubro de 2025: o aluno que não cumprir integralmente a matriz curricular, segundo definido no Projeto Pedagógico, e atingir no mínimo 180 horas no curso, fará jus ao certificado de **Aperfeiçoamento em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica**.

4. EQUIPE DE DOCENTE E TUTORES DO CURSO

O corpo docente deste curso na modalidade EaD conta com professores/as formadores/as e professores/as orientadores/as que atuam junto aos/às tutores/as a distância e presenciais, apoiados/as por uma equipe multidisciplinar e de suporte tecnológico e logístico.

PROFESSOR/A FORMADOR/A:

- É o/a responsável pelo desenvolvimento da unidade temática junto com os/as tutores/as;
- No momento anterior ao desenvolvimento da unidade temática, é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem;
- No fluxo da unidade temática, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os/as tutores/as para discussão de estratégias de ensino;
- Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para a unidade temática);
- Propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa da unidade temática e no PPC do curso, se necessário;

- É o responsável pelo preenchido do plano de ensino no formulário eletrônico do Sistema de Gestão Acadêmica Institucional, nos prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso.
- No diário de classe os conteúdos devem ser preenchidas pelos professores.

PROFESSOR/A ORIENTADOR/A DE TCC:

- É responsável pela consolidação e pelo acompanhamento da produção do Relatório de Formação de curso no início do Módulo 3 até ao seu exame e aprovação.

TUTOR/A A DISTÂNCIA:

- Deve ter, no mínimo, nível superior, na área de oferta do curso, uma vez que é o responsável pela mediação pedagógica junto aos/às estudantes, para dirimir dúvidas conceituais e auxiliar o/a professor/a formador/a na correção de atividades avaliativas.
- No diário de classe as notas das atividades de percurso devem ser preenchidas pelos tutores a distância.

TUTOR/A PRESENCIAL:

- Não necessita ser graduado na área do curso em que atua, uma vez que suas funções são de apoio técnico e motivacional aos estudantes.
- A frequência e gabaritos das avaliações presenciais devem ser preenchidos pelos tutores presenciais no diário de classe.

O presente curso necessita da realização de um edital de seleção da equipe de corpo docente, seguindo a Portaria CAPES n.º 102/2019. O processo será realizado por meio de edital público externo posterior.

4.1. REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Todos os/as profissionais descritos acima serão selecionados por edital, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação *lato sensu* e receberão formação específica para atuar nesse curso. Tal preparação deverá contemplar, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos.

Por se tratar de um curso desenvolvido na modalidade a distância, a essa formação de base deverão ser associados os conceitos e as orientações relativos às práticas educativas inerentes aos dispositivos a serem utilizados, especialmente os que se referem à mediação pedagógica, à produção de materiais para a EaD, à gestão de plataforma virtual e aos sistemas de acompanhamento dos discentes.

A instituição ofertante deverá planejar a formação, a supervisão e a avaliação dos/as docentes, tutores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

4.2. EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO

Professor/a formador/a, tutor/a presencial, tutor/a a distância e orientador/a de TCC serão selecionados por edital. Os avaliadores do TCC serão escolhidos pela coordenação de curso juntamente com o orientador e serão convidados, sem remuneração.

4.2.1. Índice de Qualificação

Para os cursos *lato sensu*, conforme Art. 9º da Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018, o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos

tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018).

4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (Curso EaD)

As equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística prestam assistência pedagógica e técnica aos/às docentes formadores/as e aos/às tutores/as no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os/as discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância.

- **Equipe multidisciplinar:** composta por diferentes profissionais, com a função de planejamento e de execução dos processos pedagógicos.
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** composta por diferentes profissionais, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica.

O *Campus* Jarú dispõe de equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e logístico para o oferecimento de cursos na instituição.

4.4 EQUIPE DOCENTE PARA ORIENTAÇÃO ÀS PESQUISAS

Os/As Orientadores/as de TCC serão designados pela Coordenação do Curso, em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº 2/2017. No início do Módulo 3, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, **na proporção de cinco a dez cursistas/as para cada docente orientador/a.**

5. GESTÃO ACADÊMICA

A equipe encarregada da implementação do curso deverá ser formada por profissionais cujas funções e seleção deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela Capes, contidas na Portaria n.º 183, de 21 de outubro de 2016, na Instrução Normativa n.º 2, de 19 de abril de 2017, e na Portaria n.º 102, de 10 de maio de 2019, e demais normativas vigentes. Além dessas, as funções e seleção dos profissionais deverão seguir as normativas internas do IFRO *Campus Jaru*, a saber:

- [Resolução nº 49/CONSUP/IFRO, de 21 de outubro de 2025](#), que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO);
- [Resolução nº 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022](#), que dispõe sobre a aprovação da reformulação do Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFRO
- [Resolução nº 75/CONSUP/IFRO, de 24 de novembro de 2016](#), dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO;
- [Resolução nº 62/REIT-CONSUP/IFRO, de 06 de agosto de 2018](#): dispõe sobre o Regimento Interno do *Campus Jaru* do IFRO.
- [Resolução nº 36/CONSUP/IFRO, de 17 de junho de 2020](#), que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do IFRO.

5.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

As atividades da Coordenação de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É essa a responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, aqui denominado Relatório de Formação.

Cabe ao coordenador, juntamente com a Coordenação de Pós-graduação do *Campus*, elaborar o calendário de curso. O calendário deve ser aprovado pelo Conselho Escolar da unidade de ensino.

Também cabe ao coordenador do curso estabelecer prazo para o professor realizar o preenchimento do plano de ensino no formulário eletrônico do Sistema de Gestão Acadêmica Institucional. Após preenchimento, o plano de ensino deve ser submetido à avaliação e aprovação da Comissão Coordenadora do Curso e, após aprovado, o plano deve ser apresentado aos alunos em sala de aula, no início do período letivo.

O diário eletrônico deve ser disponibilizado no início dos períodos letivos pela Coordenação de Pós-Graduação dos *campi*. A Coordenação de Pós-Graduação receberá o diário, com as matrículas devidamente registradas pela Coordenação de Registros Acadêmicos e posteriormente fará o encaminhamento ao Coordenador de Curso. O Coordenador de Curso ficará responsável pela liberação e gerenciamento do diário de classe ao docente. Ao final de cada disciplina, de acordo com a organização do curso, os registros de conteúdos, atividades e dados de frequência relativos ao período, bem como os que envolvam os resultados (notas) serão validados junto à Coordenação de Curso e bloqueados para alteração, nos prazos estabelecidos no calendário e/ou cronogramas do curso.

5.2. COLEGIADO DO CURSO

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica deverá contar com um Colegiado próprio, composto conforme normativa do IFRO, com as funções de ajustar o projeto pedagógico do curso à realidade local e de planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor.

O Colegiado do Curso é um órgão consultivo que delibera sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso, nos termos dos regulamentos internos que definem sua atuação. É composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador de curso;
- II. Docentes em exercício no curso;
- III. Discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano.

O Colegiado de Curso será presidido pelo respectivo Coordenador/a do Curso e, na sua ausência ou impedimento, pelo seu substituto legal.

Os membros do Colegiado de Curso reúnem-se:

- I. **ordinariamente**, no início do período letivo e, posteriormente, a cada dois meses, mediante convocação por escrito, por seu presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;
- II. **extraordinariamente**, mediante convocação por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias e outras comunicações serão encaminhadas por correspondência eletrônica aos membros, acompanhadas da pauta e dos materiais para apreciação, devendo o membro confirmar o recebimento.

A reunião do Colegiado de Curso deve iniciar com a presença da maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos seus membros, estabelecida como quórum regimental. Nas reuniões extraordinárias, somente são discutidos e votados os assuntos que motivaram a convocação, sendo vedadas outras matérias que não aquelas explicitadas na convocação. O colegiado realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão, e possui competências de:

- Verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas;
 - Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes;
- Designar orientadores para os alunos do curso;
- Deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do projeto pedagógico de curso a partir da legislação vigente e de estudos de pesquisa de demanda realizadas;
 - Planejar, executar e avaliar eventos e ações específicas de curso previstas no Calendário Acadêmico e Projeto Pedagógico de Curso;

- Planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar;
- Assessorar a coordenação do curso na organização e condução dos Trabalhos de Conclusão de Curso, e atividades acadêmico-científico culturais;
- Estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhar à Coordenação de Pós-graduação/DEPESP;
- Planejar e implementar ações com vistas à ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo;
- Propor projetos de incentivo à capacitação dos docentes do curso;
- Propor investimentos na infraestrutura do curso, como laboratórios, salas etc;
- Propor projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- Deliberar acerca de qualquer atividade relacionada ao atendimento aos discentes;
- Manifestar-se sobre temas de ordem didático-pedagógica que lhe sejam submetidos por quaisquer outras instâncias;
- Analisar em primeira instância os casos omissos em matéria didático pedagógica no âmbito do curso que representa.

5.3. DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS

O Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP), vinculado à Direção-Geral, é o órgão executivo responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar as ações de pesquisa, inovação e pós-graduação no *campus*, devendo alinhar suas atividades com as diretrizes emanadas da Direção Geral e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propesp). Vinculados ao DEPESP estão a Coordenação de Pesquisa e Inovação (CPI), a Coordenação de Pós-Graduação (CPOSG) e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), conforme a Resolução n.º 62/REIT - CONSUP/IFRO, de 06 de agosto de 2018 que dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do *Campus* Jaru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

5.4. ASSESSORAMENTO AO CURSO

Apesar do curso estar vinculado diretamente à Coordenação de Pós-Graduação (CPOSG) que está no Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP), o curso conta com o assessoramento das coordenações vinculadas a Direção de Ensino: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Coordenação de Biblioteca (CBIB).

A Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) que quando com a equipe completa, é composta pelos seguintes profissionais: Assistente Social, Orientação Educacional, Tradutor e Intérprete de Libras, Psicólogo, Assistente de alunos e Enfermeiro. Essa coordenação está vinculada à Direção de Ensino.

O curso também conta com o assessoramento da Coordenação de Integração, Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) que está vinculada ao Departamento de extensão (DEPEX) cuja função é realizar o acompanhamento dos egressos e viabilizar as visitas técnicas.

5.5. EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

No âmbito da Assistência Estudantil, há um acompanhamento contínuo por parte da equipe multidisciplinar da Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) do *Campus*. A CAED é o setor responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do *campus*, por meio de ações que favoreçam à permanência e êxito no processo de formação. Atualmente, a Coordenação de Assistência ao Educando/a é formada por Assistentes Administrativos, Assistente Social e Pedagoga, que oferecem suporte ao processo educacional, acesso, permanência e êxito dos/as alunos/as.

5.6. COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

A atividade da Coordenação de Registro Acadêmico está relacionada ao atendimento à comunidade escolar; à realização de matrículas; ao registro, acompanhamento, realização e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas e certificados.

A Coordenação de Registros Acadêmicos enviará para a Coordenação de Pós-Graduação o diário, com as matrículas devidamente registradas.

5.7. COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

A Coordenação de Biblioteca (CBIB), vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor com a finalidade de prestar atendimento aos públicos interno e externo ao *campus*, especialmente pela disponibilização de acervos bibliográficos, documentais e iconográficos em seus suportes físico, digital e virtual.

5.8. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é um setor que assessoria o atendimento educacional de estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades ou superdotação. O NAPNE tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O Núcleo tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos/as estudantes com necessidades educacionais específicas.

6. INFRAESTRUTURA

6.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

6.1.1. Estrutura Física

10 salas de aula, 01 sala de professores, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática. Além dessas infraestruturas essenciais para o funcionamento, o *Campus* dispõe de diversos espaços técnicos e administrativos que compõem sua estrutura. Entre eles estão laboratórios específicos, setores administrativos e área de convivência. O *Campus* também oferece um estacionamento descoberto para veículos de funcionários, estudantes e visitantes, com controle de acesso realizado por uma guarita.

6.1.2. Recursos materiais

10 salas de aula: Equipadas com projetor multimídia, 40 carteiras individuais com acabamento em plástico e braço de apoio em fórmica, um quadro de vidro, ar condicionado split, cortinas tipo persianas, uma mesa individual, uma cadeira estofada e um televisor. Esses espaços atendem às necessidades institucionais e do curso, e oferecem manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos tecnológicos adequados às atividades, flexibilidade nas configurações espaciais e proporcionando diversas situações de ensino e aprendizagem.

01 sala de professores: com estações de trabalho individuais com equipamentos de informática e acesso à *internet* e armários para guarda de materiais.

01 biblioteca: com acervo físico e virtual de títulos relacionados ao curso.

01 laboratórios de informática: com computadores e softwares atualizados.

6.2. INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

Além das adaptações estruturais, o *Campus* possui a equipe profissional do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

(NAPNE), e a Coordenação de Assistência ao Estudante que estão disponíveis para proporcionar suporte necessário e promover a inclusão efetiva no ambiente educacional.

6.2.1. Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

Para garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e promover a inclusão social e educacional, foram implementadas diversas medidas em conformidade com as legislações vigentes.

O *Campus* conta com infraestrutura de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais específicas como:

- Instalação de corrimão em todos os acessos de escadas;
- Sanitários em todos os blocos para portadores de necessidades especiais, com equipamentos e acessórios de acordo com a norma NBR 9050/2004 ABNT;
- Instalação de antiderrapante emborrachado em todas as escadas e rampas em cerâmica;
- Corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- Instalação de elevador ligando o pavimento térreo ao pavimento superior;
- Profissionais na guarita e no hall de entrada para auxílio quando necessário;
- Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado próximo às edificações para portadores de necessidades específicas.
- Flexibilização da correção dos instrumentos de avaliação, valorizando o conteúdo semântico.

6.2.2. Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Além dos itens citados anteriormente, o *Campus* conta com instalação de piso tátil em todos os corredores e portas.

6.2.3. Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

O *Campus* conta com a disponibilidade de intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa.

6.3. INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

O IFRO - *Campus* Jarú possui **01 laboratórios de informática** com computadores e *softwares* atualizados.

6.3.1. Laboratórios

O IFRO - *Campus* Jarú coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos um Laboratório de Informática, com 40 computadores com acesso à internet, dispostos em 40 mesas individuais com 40 cadeiras, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h30min. Além dos acessos no Laboratório de Informática, há internet *wireless* no perímetro do *Campus*, a qual o acadêmico tem acesso via sistema *Eduroam*.

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos oferecidos, levando-se em conta o número de alunos *versus* quantidade de computadores. A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de Ação do *Campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

A manutenção dos laboratórios é realizada por manutenções preventivas e corretivas planejadas pela Coordenação de Curso e demais gestores do IFRO *Campus*

Jaru. A atualização dos laboratórios é realizada a cada ano, de acordo com as atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, segundo a dotação orçamentária do *Campus*.

6.4. INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS

6.4.1. Laboratórios Didáticos de Formação Básica

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, tem no núcleo comum as disciplinas: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica; Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I; Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II, cujos planos de disciplina não apresentam a necessidade de prática em laboratório.

6.4.2. Laboratórios Didáticos de Formação Específica

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, tem no núcleo específico fase 1 as disciplinas: Fundamentos da EaD; Teorias, metodologias e planejamento pedagógico em EaD; Produção de Materiais Didáticos Digitais; Ambientes Virtuais de Aprendizagem: ferramentas e estratégias de avaliação. Já no núcleo específico fase 2 as disciplinas: Mediação pedagógica em EaD; Avaliação e melhoria contínua em EaD; Sistemas e Gestão da EaD. Os planos de disciplina não apresentam a necessidade de prática em laboratório.

6.5. BIBLIOTECA

O IFRO - *Campus* Jaru conta com **01 biblioteca** com acervo físico e virtual de títulos relacionados ao curso.

6.5.1. Espaço físico

O ambiente é climatizado, dinâmico e organizado. A biblioteca tem uma estrutura física de 54m², estantes para os livros e mesas com cadeira para estudo.

6.6. OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

É importante destacar que o *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, que visa garantir ambientes e recursos adicionais necessários para a realização de novos cursos, assegurando a qualidade do ensino e atendendo às demandas crescentes.

7. TECNOLOGIA DE EAD (PARA OS CURSOS A DISTÂNCIA)

7.1. PRODUÇÃO EM EAD

As produções realizadas pelo Lantec-Prosa/UFSC serão disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE) <https://virtual.ifro.edu.br/jaru/>

7.2. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados às Coordenações do Curso, aos/as professores/formadores/as, tutores/a, orientadores/as de TCC e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais

hipermidiáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

7.3. FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) possui ferramentas estratégias como as elencadas a seguir:

a) Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.

b) *Chat*: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções *on-line*, em períodos previamente agendados.

c) Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

d) Questionário: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.

7.4. ESTRUTURA DOS POLOS

Na oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 25/2023 e com o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo, sejam eles efetivos ou associados.

Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados. Considera-se polo efetivo quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal. Considera-se polo associado quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente se localiza em um *campus* de uma IES.

Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no Polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por: computadores em número adequado para atender ao quantitativo de estudantes que se pretende atender no Polo; conexão à *internet* em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo; ferramentas pedagógicas tais como *data-show*; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência *web* ou videoconferência.

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos

e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

A definição dos polos de apoio presencial UAB para a oferta do curso dar-se-á no Sicapec, durante o processo de cadastro das propostas do curso, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC, considerando a média de 40 estudantes por polo e com o compromisso de interiorizar a oferta do curso e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa n.º 2/2017 da Capes/UAB.

Considerando a oferta deste curso para 200 estudantes, o IFRO *Campus Jarú* contará com cinco polos UAB contendo a infraestrutura tecnológica necessária em termos de computadores, conexão à internet em banda larga e outras ferramentas, como data-show e equipamentos para videoconferências. O apoio nos polos UAB ocorrerá pela disponibilização do espaço e da infraestrutura para uso dos/das participantes e por meio de realização dos encontros presenciais que a IES venha a planejar.

8. BASE LEGAL

A oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica segue a legislação em vigor no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e as instituições participantes da oferta, certificadoras do curso, devem integrar simultaneamente a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Para a oferta do curso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB, cujas equipes são constituídas de acordo com a [Portaria nº 102/2019](#), que regulamentou a [Portaria nº 183/2016](#); a [Instrução Normativa nº 2/2017](#); dentre outras.

Além disso, a presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- [Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [Decreto n.º 8.752, de 9 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- [Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007](#), que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- ~~[Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017](#), que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:~~
- [Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017](#), que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- [Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018](#), que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CES n.º 4, de 11 de dezembro de 2018](#), que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021](#), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- [Resolução n.º 4, de 16 de julho de 2021](#), que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

- [Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011](#) que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- [Decreto n.º 12.456, de 19 de maio de 2025](#) que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação.

Ademais a proposta atende as normativas do IFRO para oferta de cursos na modalidade a distância, estabelecidas nos documentos de diretrizes e orientações a seguir:

- [Portaria n.º 71/REIT - CGAB/IFRO, de 09 de janeiro de 2020](#) - Estabelece diretrizes e procedimentos para a oferta de cursos EaD com recursos institucionais no âmbito dos *campi* e polos vinculados ao IFRO.
- [Resolução n.º 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 15 de maio de 2020](#) - Altera o Regulamento de Concessão de Bolsas de apoio a Programas de EaD no âmbito do IFRO.
- [Resolução n.º 22/REIT - CONSUP/IFRO, DE 09 de julho de 2021](#) - Credenciamento/Recredenciamento e manutenção de Polos de Apoio Presencial na Educação a Distância do IFRO.
- [Instrução Normativa 01/2022/REIT - CGAB/REIT](#) - Estabelece as instruções, a forma de ingresso e os parâmetros atinentes aos Coordenadores dos Polos em parceria com o IFRO.
- [Instrução Normativa nº 3/2021/REIT - CGAB/REIT](#) - Regulamenta as normas e os procedimentos de utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional do IFRO no âmbito das políticas de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Extensão e Gestão de Pessoas.
- [Resolução n.º 49/REIT - CONSUP/IFRO, de 21 de outubro de 2025](#), que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do IFRO.

- [Resolução nº 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022](#), que dispõe sobre a aprovação da reformulação do Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) de Pós Graduação *Lato Sensu* do IFRO.
- [Resolução nº 31/REIT - CONSUP/IFRO, de 17 de dezembro de 2021](#), que dispõe sobre a Aprovação do novo Regulamento da Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas do IFRO.
- [Resolução nº 45/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017](#), que dispõe sobre a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos do IFRO.
- [Resolução nº 75/CONSUP/IFRO, de 24 de novembro de 2016](#), que dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO;
- [Resolução nº 62/REIT-CONSUP/IFRO, de 06 de agosto de 2018](#), que dispõe sobre o Regimento Interno do *Campus* Jaru do IFRO.
- [Resolução nº 36/CONSUP/IFRO, de 17 de junho de 2020](#), que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do IFRO.
- [Portaria nº 1023/REIT - CGAB/IFRO, de 22 de junho de 2022](#), que estabelece as diretrizes e orientações para aplicação das Ações Afirmativas nos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do IFRO.
- [Resolução nº 35/REIT - CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2020](#) que dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito do IFRO.

As ações relativas à EaD do IFRO foram ampliadas por meio de convênios com municípios e estado, permitindo o fortalecimento do apoio financeiro às unidades ofertantes e ainda recebimento de recursos externos, entre eles, do Programa Universidade Aberta do Brasil-UAB. Diante disso, é importante destacar as ações propostas no PDI (2023-2027). Dentre elas, destacamos:

- Promover um modelo de institucionalização da educação a distância que considere, prioritariamente, as demandas locais e as capacidades dos *campi* em atendê-las, dentro do seu respectivo eixo tecnológico de atuação;

- Fomentar continuamente a capacitação em educação digital voltada a servidores, visando o aprimoramento de uso e aplicação dos recursos e ferramentas virtuais atrelada a uma aderente intencionalidade pedagógica;
- Compatibilizar a oferta da modalidade a distância com o eixo tecnológico e o quadro de servidores das unidades, de acordo com o modelo de *campus* vigente;
- Dotar as unidades com infraestrutura mínima adequada a produção de conteúdo didático audiovisual para o ensino à distância;
- Alinhar as diretrizes pedagógicas que recaem sobre a oferta dos percentuais a distância de carga horária de cursos presenciais;
- Avaliar a eficiência acadêmica e o impacto local e regional das ofertas na modalidade exclusivamente EaD;
- Formular estratégias de aproveitamento da infraestrutura tecnológica à disposição do instituto, para ações institucionais de promoção da modalidade EaD (PDI/IFRO, 2024).
- O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFRO) 2023-2027 prevê a oferta de várias Pós-Graduações *Lato Sensu* na modalidade EaD.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2004**. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilidade%20-%202004%20-%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf
Acesso em: 26 fev. 2025.

BATTESTIN, Vanessa; *et al.* **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: módulo ações 2021 e 2022. Vitória, ES: Edifes, 2023. Disponível em
<https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/3719/Diretrizes%20para%20educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia%20da%20Rede%20Federal%20EP%20m%C3%B3dulo%20a%C3%A7%C3%B5es%202021%20e%202022.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em 24 jul. 2024.

BRASIL. **Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal/1988**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm
Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 10.098/2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf> Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, 2010.

CAPAZ, Josieli Parteli. **Plano de Estudo: mediação da pedagogia da alternância para o ensino e aprendizagem de bioquímica em uma escola urbana.** Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/plano-de-estudo-mediacao-da-pedagogia-da-alternancia-para-o-ensino-e-aprendizagem-de-bioquimica-em-uma-escola-urbana> . Acesso em 24 jul. 2024.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica.** Campinas/SP: Autores, 5. ed., Associados, 2012. IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Censo Demográfico. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. PDI/IFRO. **Catálogo de Cursos de pós-graduação** - PDI/IFRO -2023 a 2027. 2024. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/prodin-1/808-pdi-2023-%202027/14632-catalogo-de-cursos>. Acesso em: 31 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução n.º 45/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017**. Dispõe sobre a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução n.º 62/REIT - CONSUP/IFRO, de 06 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do *Campus* Jaru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução n.º 35/REIT - CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2020**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf . Acesso em: 31 jul. 2024.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; FONSECA, Maria Aparecida Rodrigues; MACHADO, Elka Cândida de Oliveira. A Produção do Conhecimento sobre Qualidade da EaD na Base de Dados Education Resources Information Center (ERIC). **EaD em Foco**, v. 11, n. 1, e1574, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1574>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

10. APÊNDICE: PLANO DE DISCIPLINA

10.1 Unidades temáticas do núcleo comum

Unidade Temática: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica
--

Carga Horária: 30h

Objetivo: Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.

Ementa: Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital:** novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 ago. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância*, 2022, São Carlos. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação:

considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 5 ago. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de estudantes com deficiência. *In*: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET: CIESUD: 2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 5 ago. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide. B. de A. S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 5 ago. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353>. Acesso em: 5 ago. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I
Carga Horária: 30h
Objetivo: Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.
Ementa: As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica <i>versus</i> pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.
Bibliografia básica: FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. Educação, Sociedade & Cultura, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf. Acesso em: 6 set. 2024. FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463. Acesso em: 6 set. 2024. FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 set. 2024. GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. <i>In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde</i>. Disponível em: http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html. Acesso em: 6 set. 2024. IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. São Paulo em Perspectiva, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 6 set. 2024.. KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico do Senac, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: https://bts.senac.br/bts/article/view/596. Acesso em: 6 set. 2024. MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. Revista

Trabalho Necessário, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023.

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 6 set. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 6 set. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira.

Boletim Técnico do Senac, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em:

<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 6 set. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023.

<https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 6 set. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 6 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 6 set. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 13 set. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 13 set. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem.

Boletim Técnico do Senac, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em:

<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 13 set. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

Disponível em:

<https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 13 set. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. *In: Revista Labor*, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 13 set. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. *Metodologias e Aprendizado*, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 13 set. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. *Holos*, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 13 set. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. *In: EMDiálogoamazonia: ENSINO MÉDIO EM FOCO*. Disponível em: <http://emdiálogoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 20 set. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. *Educ. Tecnol.*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 20 set. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência e coletiva*, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 20 set. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 20 set. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. *Revista Labor*, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_itsilvapnosella.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

Recursos educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 20 set. 2024.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano - parte I**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 20 set. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano - parte II**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 20 set. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Bibliografia básica:

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 27 set. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234-251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 27 set. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1,

n.26, 2023. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 27 set. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 227 set. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. Natal: **Holos**, v. 2, p. 1-27, 2007.

Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 27 set. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 27 set. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 27 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em:

<https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 27 set. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, maio-ago. 2019. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 27 set. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 30 set. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**,

v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 30 set. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politécnica nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em 30 set. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012.

Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_dmoura.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 30 set. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.).

Currículo, formação e saberes profissionais: a (re) valorização epistemológica da experiência. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 30 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 30 set. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, C. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141-170, 2019. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

Recursos educacionais:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg>. Acesso em: 1 out. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os Sentidos do Trabalho e os Conceitos Essenciais da EPT: Um Guia Para Estudantes, Professores e Gestores**, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 1 out. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 1 out. 2024.

10.2 Unidades temáticas do núcleo específico

Unidade Temática: Fundamentos da Educação a Distância
Carga Horária: 30h
Objetivo: Compreender aspectos conceituais e legais acerca da Educação a Distância, bem como sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica. Analisar diferentes terminologias e concepções relacionadas à Educação a Distância (cursos MOOC, e-learning, u-learning, educação híbrida, educação aberta, ensino remoto, educação virtual, educação flexível, entre outras), problematizando-as à luz das especificidades da modalidade
Ementa: O conceito de Educação a Distância. A Educação a Distância como modalidade educacional: marcos legais e regulatórios. Concepções e terminologias advindas da prática pedagógica mediada por tecnologias. A Educação Profissional e Tecnológica ofertada a distância: possibilidades e desafios para a formação omnilateral e emancipatória.
Bibliografia básica: CHAQUIME, Luciane Penteado; LINHALIS, Flávia; CAROLEI, Paula; MALHEIRO, Cícera A. Lima; SANTOS, Marilde, Terezinha Prado. Educação a distância, aberta, remota, híbrida, flexível e e-learning: relação entre educação e tecnologia digital. In: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; FURLAN, Maria Luisa Costa; MEDEIROS, Lilian Giotto Zaros de (orgs.). Educação com uso de tecnologias: conceitos e perspectivas. E-book. Goiânia: Cegraf UFG, 2023. Disponível em: https://cegraf.ufg.br/p/45839-cegraf-ufg-2023. Acesso em: 4 out. 2024. MILL, Daniel. Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas. Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 25, n. 59/2, p. 432–454, 2016. DOI: 10.29286/rep.v25i59/2.3821. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3821. Acesso em: 4 out. 2024. NAKADA, Liane; URBAN, Rodrigo. Educação a distância no Brasil: potencialidades, fragilidades e contribuições para a educação profissional e tecnológica. Revista EaD e Tecnologias Digitais na Educação, n. 24, v. 12, 2023. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/view/17699/9802. Acesso em: 4 out. 2024. NASCIMENTO, Cinara Ourique do; SAINZ, Ricardo Lemos. Educação a distância- teoria e prática. Em Rede – Revista de Educação a Distância, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/599/591. Acesso em: 4 out. 2024. SILVA, Giovane José da; SANTOS, Simone Costa Andrade dos; BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: módulo de legislação. Vitória, ES: Edifes, 2020. Disponível em: https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1655. Acesso em: 4 out. 2024.

SILVA, Hellen Camila; COSTA, Maria Luisa Furlan. A educação profissional e tecnológica na modalidade a distância: história, bases legais e cursos nessa modalidade de ensino. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, p. 36-50, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5716/pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

Bibliografia complementar:

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Políticas públicas em EaD no Brasil: marcas da técnica e lacunas educacionais. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4175>. Acesso em: 11 out. 2024.

ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 321–338, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/L8pKJVB44tLnp5rTzNB3SvC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 11 out. 2024.

NASCIMENTO, Cinara Ourique do; RODRIGUES, Sheyla Costa. A educação a distância como oportunidade de formação profissional e tecnológica. **RIED. Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, v. 17, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3314/331431248008.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

RAMOS, Wilsa Maria; BICALHO, Rute Nogueira de Moraes; NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona; SOUSA E MELO, Livia Veleda; TEIXEIRA, Janaína Angelina. Qualificação profissional na escola do trabalhador: por uma nova ecologia do conhecimento. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/428/420>. Acesso em: 11 out. 2024.

VASCONCELOS, Mirian Rodrigues Silva; SILVA, Leonardo Henrique; MATOS, Fernando Barbosa; LIMA, Emmanuela Ferreira. Formação profissional: análise do Programa e-Tec no IFGoiano. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: GESTÃO, PRÁTICAS E SUAS APLICAÇÕES, 2019. **Anais** [...]. Goiânia, dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2076>. Acesso em: 11 out. 2024.

Unidade Temática: Teorias, Metodologias e Planejamento Pedagógico na EaD
Carga Horária: 30h
Objetivo: Conhecer e analisar teorias pedagógicas que fundamentam práticas e metodologias de ensino-aprendizagem na modalidade a distância. Compreender e planejar conteúdos técnicos e tecnológicos para a EPT na modalidade de EaD, sob a perspectiva da formação integral, emancipatória e comprometida com a transformação social.
Ementa: Teorias pedagógicas e estilos de aprendizagem em EaD. Aprendizagem de pessoas adultas e formação para o mundo do trabalho. Planejamento pedagógico para a EPT na modalidade a distância, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento de saberes profissionais e tecnológicos.
Bibliografia básica: BARREIRO, Romulo Mendes Carvalho. Um breve panorama sobre o design instrucional. EaD em foco, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v6i2.375. Acesso em: 11 out. 2024. BARROS, Rosana. Revisitando Knowles e Freire: Andragogia <i>versus</i> pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. Revista Educação e Pesquisa, v. 44, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/TdjFHK3NrJdKQ5SrZbBwjF/#. Acesso em: 11 out. 2024. ECKSTEIN, Manuela Pires Weissbock; KNUPPEL, Maria Aparecida Crissi. A educação digital mediada pelos estudos do design instrucional. Video Journal of Social and Human Research, v. 1, n. 2, p. 85-101, 2022. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/13108 . Acesso em: 11 out. 2024. GARCIA, Paola Trindade; CHAGAS, Deysianne Costa; OLIVEIRA, Ana Emilia Figueiredo de (orgs.). Planejamento educacional na EaD autoinstrucional: por que, para que e como fazer? Livro eletrônico. São Luís: EDUFMA, 2021. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/24368. Acesso em: 11 out. 2024. GUIMARÃES, Ueudison Alves, ROQUE, Silvânia Maria; SANTOS, Celiney Tavares; SANTIAGO, Ellen Cristina Boratti. Contribuições do Design Instrucional para a aprendizagem autogerida em cursos de educação a distância. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar, v. 4, n. 4, p. e443038-e443038, 2023. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3038/2216. Acesso em: 11 out. 2024. MACIEL, Cristiano; ALONSO, Kátia Morosov; PANIAGO, Maria Cristina. Educação a distância: interações entre sujeitos, plataformas e recursos. Cuiabá : EdUFMT, 2018. E-pub. Disponível em: https://www.edufmt.com.br/product-page/educa%C3%A7%C3%A3o-a-dist%C3%A2ncia-intera%C3%A7%C3%A3o-entre-sujeitos-plataformas-e-recursos-1. Acesso em: 11 out. 2024.

PEREIRA, Adriana Soares; PARREIRA, Fábio José; SILVEIRA, Sidnei Renato; BERTAGNOLLI, Sílvia de Castro . **Metodologia de aprendizagem em EaD**. Santa Maria: Núcleo de Tecnologia Educacional – Nte, 2017. 133 p. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15809/Licenciatura_Computacao_Metodologia_aprendizagem.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 out. 2024.

PINTO, Joane Vilela; BOSCARIOLI, Clodis. Estilos de aprendizagem na educação a distância: reflexões sobre relações e possibilidades. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 54, p. 20020 - 230, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3523>. Acesso em: 11 out. 2024.

RAMOS, Samantha; MOREIRA, Antônio. A formação de professores na era digital: práticas pedagógicas com tecnologias digitais na educação superior. In: SALES, K. M. B.; CRAVO, R. C.; COSTA, E. T. de F. da. **Difusão do Conhecimento, Educação, Tecnologias e Modelagens Sociais (DCETM)**. Santo André: V&V Editora, 2023. p. 79-104. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lcG5cFRbENX5dVSgmJM71bvFOWr0RvN2/view>. Acesso em: 11 out. 2024.

SERPA, Diane. Estratégias de ensino-aprendizagem eficazes para a EJA EaD. **Contraponto: Discussões Científicas e Pedagógicas em Ciências, Matemática e Educação**, v. 5, n. 7, p. 53-63, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/contraponto/article/view/4147>. Acesso em: 11 out. 2024.

SEVALHO, Elison de Souza. Taxonomia de Bloom como ferramenta de ensino e aprendizagem na formação superior em modalidade a distância. **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 3, n. 6, p. 03-10, 2017. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/182/87>. Acesso em: 11 out. 2024.

Bibliografia complementar:

AMIEL, Tel; DURAN, Maria Renata da Cruz.; COSTA, Celso José da. Construindo Políticas de Abertura a partir dos Recursos Educacionais Abertos: uma Análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa**, v. 16, p. 161-176, 2017. Disponível em: https://dehesa.unex.es/bitstream/10662/7091/1/1695-288X_16_2_161.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

ANDRADE, Saulo Carmo; SANTOS, Maria de Fátima Luz. O design instrucional e o design educacional sob a ótica de uma educação progressista. **Ensino em Foco**, v. 3, n. 8, p. 64-75, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/ensinoemfoco/article/view/807/533>. Acesso em: 14 out. 2024.

BARRERA, Débora Furtado. **Elaboração de conteúdo para EaD**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206249>. Acesso em: 14 out. 2024.

BARROS, Rosana. Revisitando Knowles e Freire: andragogia *versus* pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. **Revista Educação e Pesquisa** (USP), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/TdjFHK3NrJdKQ5SrZbBwjF/#>. Acesso em: 14 out. 2024.

COSTA, Humberto; STOLTZ, Tania; DA SILVA, Trajano Felipe Barrabas Xavier. A utilização do Design Thinking pelo designer instrucional na produção de materiais educacionais destinados à educação a distância. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, e953, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/953>. Acesso em: 14 out. 2024.

MARX, Luciana Machado. O designer instrucional na modalidade de ensino a distância (EAD): concepções e reflexões. **Revista EDaPECI**, v. 14, n. 3, p. 577-594, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/edapeci/article/view/2893/pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

MENDES, Marcos. **Design instrucional: na prática**. Formiga, MG: Editora Union, 2022. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/701471>. Acesso em: 14 out. 2024.

PEREIRA, Hiêda Claudia Barbosa; AZEVEDO, Breno Fabrício Terra; CAROLEI, Paula. Design Instrucional: perspectiva didático-metodológica para integração da tecnologia na formação docente. **Revista Teias**, v. 22, n. 65, p. 219-238, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052021000200219. Acesso em: 14 out. 2024.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

STUDART, Nelson. A gamificação como design instrucional. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 44, p. e20210362, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/TFcKMNMYWRRhBGNxNmHRn3v/>. Acesso em: 14 out. 2024.

Recursos educacionais:

COSTA, Ellen de Fatima Lago Barros. Didática: as especificidades do conhecimento para E.P.T. **Youtube**, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYfUB-Hsjbo>. Acesso em 16 out. 2024.

GARCIA, Rafael M. Infográfico Design Instrucional (por Filatro). 2016. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206305>. Acesso em: 16 out. 2024.

Unidade Temática: Produção de Materiais Didáticos Digitais
Carga Horária: 30h
Objetivo: Fornecer subsídios teóricos e metodológicos para curadoria e produção de materiais didáticos significativos no contexto da EPT, compreendendo seus limites e possibilidades de modo a abranger diferentes formatos que atendam às diversificadas necessidades de aprendizagens.
Ementa: Elaboração, curadoria e avaliação de materiais didáticos digitais, abrangendo formatos como vídeos, podcasts, infográficos e apresentações, com enfoque na promoção da interatividade, usabilidade e acessibilidade. Bases teóricas e metodológicas na produção de material didático. Produção e avaliação de material didático, sob a perspectiva do atendimento das diversificadas necessidades de aprendizagens.
Bibliografia básica: ARRUDA, Eucídio Pimenta. O professor universitário no contexto da autoria para a EaD: provocações entre a formação e a elaboração de materiais didáticos. In: FIDALGO, Fernando. et. al (Orgs.). Educação a distância: meios, atores e processos. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013. KENSKI, Vani Moreira. Design instrucional para cursos on-line. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2015. LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; FRANÇA, Maria Cristina de Castilhos França. Repositório de recursos educacionais abertos para educação profissional e tecnológica: guia para usuário institucional. 2021. Disponível em: https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1707 . Acesso em: 16 out. 2024. OLIVEIRA, Édison Trombeta. Produção de material didático para educação a distância. Editora Senac: São Paulo, 2021. POSSARI, Lúcia Helena Vendrusculo; NEDER, Maria Lucia Cavalli. Material didático para a EaD: Processo de Produção. Cuiabá: EdUFMT, 2009. ROCHA, Daiana Garibaldi da; GOUVEIA, Luis Manoel Borges. Curadoria de conteúdo na EAD: gestão da qualidade para o desenvolvimento de um modelo de referência. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 9, p. 01-34, publicação contínua, 2022. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/300/461. Acesso em: 16 out. 2024.
Referências complementares ALVES, Gabriel Marcelino; SILVA, Diego Cesar Valente e; SILVA, Paulo José Evaristo da (org.). Softwares Educacionais. São João da Boa Vista: EDIFSP, 2021. 312 p. Disponível em: https://r.ead.ifsp.edu.br/e-book-softwares-educacionais. Acesso em: 16 out. 2024. DA SILVA, Fabiane Beletti; FERREIRA FILHO, Raymundo Carlos Machado; DE BARROS, Thiago Medeiros; RIBEIRO, Luis Otoni Meireles; JOYE, Cassandra Ribeiro;

FURTADO JUNIOR, Corneli Gomes. **Recomendação Técnica de Acessibilidade em Recursos Educacionais Digitais**. 2020. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1648>. Acesso em: 16 out. 2024.

FERREIRA FILHO, Raymundo Carlos Machado; MACHADO, Raymundo Carlos; RIBEIRO, Luis Otoni Meireles; BARROS, Thiago Medeiros; SILVA, Fabiane Beletti. **Produção de Recursos Educacionais Abertos com Acessibilidade**. 2022. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1717>. Acesso em: 16 out. 2024.

LIMA, Marília Gabriela Silva. **Manual de Direitos Autorais**. 2020. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1657>. Acesso em: 15 out. 2024.

SANTOS, Simone Costa Andrade dos; BATTESTIN, Vanessa; RIBEIRO, Luis Otoni Meireles. **Guia para boas práticas em produção de videopalestras**: um guia com orientações simples e práticas para a elaboração de vídeos (in) formativos. 2020. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1663>. Acesso em: 16 out. 2024.

Produtos educacionais

PASSOS, Marize Lyra Silva; BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício; BODART, Clara Marques. **Curadoria Digital & Estratégias Pedagógicas**. 2023. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2008>. Acesso em: 16 out. 2024.

SANTOS, Simone Costa Andrade; NUNES, Carolina Pereira; LIMA, Christiane Ferreira Lemos. **Educação aberta, recursos educacionais abertos e licenças flexíveis**. 2023. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2018>. Acesso em: 16 out. 2024.

SANTOS, Simone Costa Andrade dos; CRUZ NETO, Constantino Dias da; SILVA, Paulo José Evaristo da; SILVA, Luanary Kaynne Ferreira da. **Trilhas Formativas**. 2023. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2003>. Acesso em: 16 out. 2024.

SONZA, Andréa Poletto; COTONHOTO, Larissy Alves; BATTESTIN, Vanessa; BODART, Clara Marques. **Acessibilidade Digital**. 2023. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2006>. Acesso em: 16 out. 2024.

RIBEIRO, Luis Otoni Meireles; BEDERODE, Igor Radtke; BODART, Clara Marques. **Proteção de dados pessoais e a LGPD**. 2023. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2013>. Acesso em: 16 out. 2024.

Unidade Temática: Ambientes virtuais de aprendizagem: ferramentas e estratégias de avaliação
Carga Horária: 30h
Objetivo: Conhecer o conceito de ambientes virtuais de aprendizagem, fazendo um recorte para o AVA Moodle, suas principais características e funcionalidades. Analisar os processos avaliativos para a aprendizagem a distância no contexto da EPT, a partir do conhecimento de ferramentas e estratégias digitais voltadas às avaliações formativas.
Ementa: Ambientes virtuais de aprendizagem na EaD. O AVA Moodle: aspectos gerais sobre sua interface e funcionalidades. Principais recursos no Moodle: arquivo, livro, página, pasta, rótulo, URL. Principais atividades no Moodle: fórum, glossário, wiki, tarefa, escolha. Avaliação para a aprendizagem a distância nos cursos de formação profissional. Avaliação formativa na EaD: possibilidades e desafios. Ferramentas digitais que personalizam o processo avaliativo e possibilitam avaliações integradas nos cursos técnicos a distância. Recursos e ferramentas do Moodle que favorecem a avaliação formativa como barra de progresso, conclusão de atividade, relatórios de participação, gráficos de análise, módulo dropout detective, laboratório de avaliação. Banco de questões no Moodle. Livro de Notas no Moodle.
Referências básicas BOCAL, Vanessa Nogueira. BARDY, Livia Raposo. A importância da avaliação formativa na Educação a Distância. In.: PAULA, Enio Freire de; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos; BEZERRA, Janaína Pereira Duarte. Educação: interlocuções, diálogos e reflexões na contemporaneidade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 362p. Disponível em: https://www.academia.edu/43647986/Educa%C3%A7%C3%A3o_interlocu%C3%A7%C3%B5es_di%C3%A1logos_e_reflex%C3%B5es_na_contemporaneidade. Acesso em: 16 out. 2024. BRITO, Maria de Fátima dos Santos; QUEIROZ NETO, José Pinheiro. Guia AVA: guia de utilização do Moodle para uma formação humana integral. Manaus, 2019. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569187. Acesso em: 16 out. 2024. MARTIGNONI, Nicolas. Guia de ferramentas Moodle para professores e educadores. Traduzido por Gilvan Marques. Disponível em: https://moodletoolguide.net/pt-br/. Acesso em: 17 out. 2024. OTSUKA, Joice Lee; ROCHA, Heloísa Vieira da. Avaliação Formativa em Ambientes de EaD. In: XIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2002). São Leopoldo, 12-14 de novembro de 2002. Disponível em: https://www.nied.unicamp.br/teleduc/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/17_jh_sbie2002.pdf. Acesso em: 17 out. 2024. PIMENTA, Elkelane da Silva Paiva; LOPES, Julita Batista da Cruz; ANDERSON, Cynthia da Silva. Ambientes virtuais de aprendizagem: aspectos relevantes para favorecer um espaço interativo. Caminhos da Educação Matemática em Revista, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em:

https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/caminhos_da_educacao_matematica/article/view/893. Acesso em: 17 out. 2024.

SANTOS, Thalita Alves. BARDY, Livia Raposo. O feedback como elemento do processo de aprendizagem em cursos na modalidade a distância. In.: PAULA, Enio Freire de; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos; BEZERRA, Janaína Pereira Duarte. **Educação: interlocuções, diálogos e reflexões na contemporaneidade**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 362p. Disponível em: https://www.academia.edu/43647986/Educa%C3%A7%C3%A3o_interlocu%C3%A7%C3%B5es_di%C3%A1logos_e_reflex%C3%B5es_na_contemporaneidade. Acesso em: 17 out. 2024.

Referências complementares

CONSTANTINO, Noel Alves. **O portfólio na sala de aula presencial e virtual**. Natal: IFRN Editora, 2008. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 17 out. 2024.

LEAL, Maria Giselle Pereira; BORGES NETO, Herminio; RODRIGUES, Maria Euzene. Ambientes virtuais de aprendizagem: EaD e sua história. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 10, p. 66609-66617, out. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52984/39461>. Acesso em: 17 out. 2024.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. **Cadernos de Educação**, Brasília, n. 26, p. 57-77, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/06/avalia%C3%A7%C3%A3o-para-a-aprendizagem-na-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

Produtos Educacionais

BRASIL. Instituto Federal de Brasília. **Trilha de formação em EaD: Como avaliar a aprendizagem na EaD?** Brasília, 2020. Disponível em: <https://padlet.com/IFBDEAD/trilha-4-como-avaliar-a-aprendizagem-na-ead-2r5kd7ems20i2msw>. Acesso em: 17 out. 2024.

Unidade Temática: Mediação pedagógica em EaD
Carga Horária: 30h
Objetivo: Analisar criticamente a importância da mediação pedagógica, do dialogismo, da interação, da interatividade e da formação docente para processos de ensino-aprendizagem significativos, articulando conceitos à prática da EaD na EPT.
Ementa: Abordagem crítica da relação entre as tecnologias digitais e os processos de ensino-aprendizagem no contexto da EPT. A docência em ambientes virtuais de aprendizagem. O processo de formação docente para a mediação do conhecimento com o uso de tecnologias digitais. Planejamento da mediação pedagógica. Recursos de interação e interatividade. Dialogismo e responsividade na Educação a Distância. Desenvolvimento de atividades práticas de mediação articuladas aos saberes técnicos próprios da Educação Profissional e Tecnológica.
Referências Básicas ALMEIDA, Rosângela Nunes; SANTOS, Elzimar Palhano dos; LAMARCA, Isabel Cristina Silva Arruda. Mediação pedagógica na educação a distância: um relato de experiência. TICs & EaD em Foco. São Luís, v. 5, n. 1, jan./jun, 2019. Disponível em: https://www.umanet.uema.br/revista/index.php/ticseadfoco/article/download/419/308/912. Acesso em: 17 out. 2024. ALVES, Lynn; MOREIRA, José Antônio (org.). Tecnologias & Aprendizagens: delineando novos espaços de interação. Salvador: Edufba, 2017. 253 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322075639_Tecnologias_Aprendizagens_Delineando_Novos_Espacos_de_Interacao#full-text. Acesso em: 17 out. 2024. ASSIS, Mário dos Santos; VIEIRA-SANTOS, Joene. Conhecimento tecnológico e pedagógico do conteúdo (tpack) na construção do saber docente virtual: uma revisão sistemática. Acta Scientiarum: Education, v. 43, n. 1, p. e51998, 14 set. 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/51998/751375152708. Acesso em: 17 out. 2024. CESÁRIO, Priscila Menarin; MILL, Daniel. Aprendizagem da docência: da formação aos saberes necessários à docência na modalidade virtual. Em Rede – Revista de Educação a Distância, v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/124/139. Acesso em: 17 out. 2024. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2019. Disponível em: https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf. Acesso em: 17 out. 2024. MILL, Daniel; SILVA, Claeton Pedro Ribeiro da Silva. Aprendizagem da docência para educação a distância: uma breve revisão de literatura sobre docência virtual. Em Rede – Revista de Educação a Distância, v. 5, n. 3, 2018. Disponível em:

<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/377/401>. Acesso em: 17 out. 2024.

NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz; PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. Technological Pedagogical Content Knowledge (TPACK): modelo explicativo da ação docente. **Reveduc – Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1605/524>. Acesso em: 17 out. 2024.

SILVA, Marco. Formação de professores para docência na sala de aula híbrida. **Revista de Educação Pública**, v. 31, Campo Grande, jan/dez. 2022. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/13472>. Acesso em: 17 out. 2024.

ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicol. Soc.** v.24 n.1, Belo Horizonte, Jan./Apr. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100002>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Referências complementares

ALVES, Rosiane Maria; SILVA, Ivanda Maria. Mediação pedagógica na educação a distância: análise de práticas dialógicas em fóruns de discussão. In: CIET ENPED, 5., 2020, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ciet:Enped, 2020. p. 1-12. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/download/1749/1385/>. Acesso em: 17 out. 2024.

CIBOTTO, Rosefran Adriano Gonçalves; OLIVEIRA, Rosa Maria Moraes Anunciato. TPACK – Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo: uma revisão teórica. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 2, p. 11-23, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/34615/pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

JORGE, Wellington Junior (org.). **Educação a distância: fundamentos, práticas e metodologias**. Maringá, PR: Uniedsul, 2021. Disponível em: <https://www.uniedsul.com.br/publicacao/educacao-a-distancia-fundamentos-praticas-e-metodologias/>. Acesso em: 17 out. 2024.

MENEZES, Ebenezer Takuno. Verbete mediação pedagógica. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/mediacao-pedagogica/>. Acesso em: 17 out. 2024..

NEGRÃO, Manoel Maria Silva; NEUENFELDT, Derli Juliano. Mediação Pedagógica em Aulas Online no 1º Ano do Ensino Fundamental. **EaD em Foco**, v. 12 n. 3. 2022. Dossiê Especial - Pesquisa formação na Ciberultura: Experiências da Pandemia. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1895>. Acesso em: 17 out. 2024.

RAMOS, Samantha; MOREIRA, José Antônio. Formação de professores na era digital: práticas pedagógicas com tecnologias digitais na educação superior. In.: SALES, Kathia Marise Borges.; CRAVO, Regiani Coser; COSTA, José Eugênio Teixeira de Freitas da.

Difusão do Conhecimento, Educação, Tecnologias e Modelagens Sociais (DCETM).

Santo André: V&V Editora, 2023. p. 79-104. Disponível em:

<https://ebook.vveditora.com/dcetm-v1>. Acesso em: 17 out. 2024.

Produto educacional

BALDISSERA, Lucilene Fátima; MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro. **Mediações pedagógicas ativas no contexto da educação profissional e tecnológica a distância.**

Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020, 128 p. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571480/2/Apostila_Curso%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o_Lucilene.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

Unidade Temática: Avaliação e melhoria contínua em EaD

Carga Horária: 30h

Objetivo: Analisar e interpretar dados de desempenho específicos para a EaD, destacando a relevância das práticas de avaliação institucional para tomada de decisão e implementação de estratégias comprometidas com a oferta da modalidade de EaD voltada à transformação social.

Ementa: Abordagem crítica na análise e interpretação de dados de desempenho específicos para a EaD no contexto da EPT. Práticas de avaliação institucional, com destaque para identificação das necessidades de melhorias e implementação de estratégias para tomada de decisão. Integração de práticas inovadoras na gestão da EaD articuladas às demandas de formação profissional, considerando o trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o acesso, permanência e êxito em cursos de EPT na modalidade a distância.

Referências Básicas

BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:** módulo estrutural. Vitória, ES: Edifes, 2019. Disponível em:

<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1654>. Acesso em: 18 out. 2024.

CAMPOS, Adriana Maria de Almeida Maia; CARNEIRO, Tereza Kelly Gomes. Possibilidades de articulação entre as bases conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 3, 2020. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/42e8/a4a27fbb56f85c5c962bcd3fe92521675e6e.pdf>.

Acesso em: 18 out. 2024.

COSTA, Renata Luiza da; SANTOS, Júlio César dos. A evasão em cursos técnicos a distância. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 241-256, out./dez. 2017. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/50700>. Acesso em: 18 out. 2024.

FREIRE, Flávia Magalhães; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; BORGES, Leila Cristina. Avaliação institucional na Educação Superior brasileira: uma análise dos instrumentos para oferta de cursos a distância. **Revista de Educação PUC-Campinas**,

[S. I.], v. 26, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducao/article/view/5064>. Acesso em: 18 out. 2024.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; ALONSO, Kátia Morosov. Qualidade e educação a distância: do referencial teórico à sua proposição. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 51, e15250, out./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n51.15250>. Acesso em: 18 out. 2024.

MACHADO, Marcela Rosa de Lima. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação a distância. Desafios e experiências. In: CORRADI, Wgner; CUNHA, Evandro José Lemos da; BOAVENTURA JÚNIOR, Márcio; ALMEIDA, Ana Carolina Correia; PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz (orgs.). **Extensão universitária na EaD**. Desafios e experiências da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. Disponível em: https://www.ufmg.br/ead/wp-content/uploads/Extens%C3%A3oEaD_comcapa.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

MAIESKI, Alessandra; CASAGRANDE, Ana Lara; ALONSO, Kátia Morosov. Qualidade e Educação a Distância: reflexões e entendimentos. **Revista UFG**, v. 20, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/66359>. Acesso em: 18 out. 2024.

PASSOS, Marize Lyra Silva; BARBOSA, Mariana Biancucci Apolinário; LACERDA, Luciane Ferreira. Evasão em cursos técnicos a distância: uma investigação no Programa Profucionário. **Revista EDaPECI**, São Cristóvão, v. 20, n. 1, p. 55-65, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/edapeci/article/view/11339/10597>. Acesso em: 18 out. 2024.

Referências complementares

CARVALHO, Alexey; ROSINI, Alessandro Marco. Caminho da Educação a Distância no Brasil: questão social, qualidade e expansão. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 6, n. 1, p. 104-113, 2020. Disponível em: <https://www.repae-online.com.br/index.php/REPAE/article/view/219>. Acesso em: 18 out. 2024.

CORNÉLIO, Ricardo Antônio; VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner. Evasão e permanência estudantil na educação a distância. **Opción**, v. 31, n. 1, p. 204-222, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31043005012>. Acesso em: 18 out. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/1132>. Acesso em 18 out. 2024.

MARTINELLI, Juliana; BENDER FILHO, Reisoli; VIEIRA, Kelmara Mendes. Evasão na Universidade Aberta do Brasil: o caso da Universidade Federal de Santa Maria. **EaD em Foco**, [S. I.], v. 13, n. 1, p. e2014, 2023. Disponível em:

<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2014>. Acesso em: 21 out. 2024.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana, 2011; São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em 21 out. 2024.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz; MACHADO, Marcela Rosa de Lima; BOAVENTURA JÚNIOR, Márcio; FILDALGO, Fernando Selmar Rocha. Extensão universitária na EaD: equidade na construção de saberes transdisciplinares. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/7040/pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

PEDROSA, Fernanda Gomes. **Política de educação profissional e tecnológica**: análise da modalidade Pronatec Brasil Maior na perspectiva de seus implementadores. 148f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. Disponível em: <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/3836>. Acesso em: 21 out. 2024.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante; MERCADO, Luís Paulo Leopoldo; FREITAS, Maria Auxiliadora Silva; OLIVEIRA, Carmen Lúcia de Araújo Paiva. Ações de extensão na educação a distância: a experiência de implementação numa universidade pública. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/329/406>. Acesso em: 21 out. 2024.

Unidade Temática: Sistemas e Gestão da EaD
Carga Horária: 30h
Objetivo: Compreender a EaD a partir de uma abordagem sistêmica, tendo em vista sua incorporação na estrutura organizacional das instituições que ofertam EPT. Identificar e analisar as diferentes dimensões que constituem a gestão de sistemas de EaD. Problematicar e refletir sobre a implementação de sistemas de EaD articulados à EPT.
Ementa: Níveis de organização da EaD. A perspectiva sistêmica de EaD. As dimensões da gestão de sistemas de EaD, tendo em vista as especificidades da modalidade. A institucionalização da EaD na EPT visando promover uma formação integral, emancipatória e potencialmente transformadora da realidade.
Referências básicas BARBOSA, Telma Regina da Costa Guimarães; CARVALHO, Maria de Lourdes. Planejamento e desenvolvimento de cursos em EaD. Viçosa, MG: Ed. UFV. Disponível em: https://serieconhecimento.cead.ufv.br/edicoes/planejamento-de-desenvolvimento-de-cursos-em-ead/. Acesso em: 22 out. 2024. BATTESTIN, Vanessa; CRUZ, Constantino Dias da; LA GATTA, Filipe Andrade; SLVA, Claudete de Jesus Ferreira. Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: módulo ações 2021 e 2022. Vitória, ES: Edifes Parceria, 2023. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3719. Acesso em: 22 out. 2024. CRUZ NETO, Constantino Dias da; BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício; DAMASCENO, Márcio Daniel Santos; LA GATTA, Filipe Andrade. Retrato da institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação profissional tecnológica – 2021. Dialogia, n. 44, 2023. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/24000/10157. Acesso em: 22 out. 2024. MILL, Daniel. Gestão de sistemas de educação a distância: apontamentos e caracterização. Video Journal of Social and Human Research. 2022. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/12108. Acesso em: 22 out. 2024. SOARES, Alexandre Gomes. Desafios da gestão em educação a distância: uma análise a partir da visão do gestor. Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/16764/13521. Acesso em: 22 out. 2024. Referências complementares FERREIRA, Marcello; COSTA, Marcos Rogério Martins; MILL, Daniel. Reflexões necessárias e urgentes acerca da gestão da EAD no Brasil. Plurais-Revista Multidisciplinar, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/13242. Acesso em: 23 out. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; SANTOS, Simone; LIMA, Artemilson; DIAS, Thiago Ferreira; OLIVEIRA, Wagner de. **Gestão em Educação a Distância**. IFRN, 2012. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1309>. Acesso em: 23 out. 2024.

KASSICK, Clovis Nicanor; DUTRA, Paulo Ricardo Santos; BENTO, José Severino (orgs.). **O processo de gestão institucional na Rede e-Tec Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015. Disponível em: http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/etec/assets/1_gpqi.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; CRUZ, Joseany Rodrigues. Institucionalização da educação a distância no Brasil: da conceptualização ao seu desenvolvimento. **Video Journal of Social and Human Research**, 2022. Disponível em: <https://vjshr.uabpt.uema.br/index.php/ojs/article/view/10/14>. Acesso em: 24 out. 2024.

SILVA, Júlia Marques Carvalho da; ACCORSI, Maria Isabel. Institucionalização da educação a distância em um Instituto Federal. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/306>. Acesso em: 24 out. 2024.